



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VANESSA GONÇALVES LIRA

**FUNÇÃO DO DIRETOR DO COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DA
PARAÍBA, NO JORNAL *O PUBLICADOR* (1866)**

João Pessoa/PB

2015

VANESSA GONÇALVES LIRA

**ATRIBUIÇÃO DO DIRETOR DO COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DA
PARAÍBA, NO JORNAL *O PUBLICADOR* (1866)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Educação da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do
Título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Sena da Silva.

João Pessoa/PB

2015

L768a Lira, Vanessa Gonçalves

.

Atribuição do diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, no Jornal o Publicador (1866) / Vanessa Gonçalves Lira. – João Pessoa: UFPB, 2015.

54f. ; il.

Orientadora: Fabiana Sena da Silva

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Memória. 2. Cartas. 3. Jornal. I. Título.

VANESSA GONÇALVES LIRA

**ATRIBUIÇÃO DO DIRETOR DO COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DA
PARAÍBA, NO JORNAL *O PUBLICADOR* (1866)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em
___/___/___, para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Fabiana Sena da Silva
Orientadora – CE/UFPB

Profa. Dra. Maria Elizete Guimarães Carvalho
Examinadora – CE/UFPB

Profa. Ma. Santuza Monica de Fraca Pereira da Fonseca
Examinador (A)

*Dedico este trabalho ao autor e consumidor da minha fé, o Senhor Jesus, dono da ciência
que iluminou minha mente em meu processo de aprendizagem.*

A meus pais, que me ensinaram valores preciosos que me guiam em minha caminhada.

*Ao meu esposo, amigo e cúmplice, que me apoiou de maneira singular desde a inscrição no
vestibular até o processo de formação.*

*A Fabiana Sena, por sua singeleza, nobreza e profissionalismo, que tanto me ensinaram, com
e sem palavras, no processo aprendizagem e na elaboração desta monografia.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que nunca desfez meus sonhos, apenas tinha um momento certo para realizá-los. A Ele, que mais que um ser superior, tornou-se meu melhor amigo e, em orações, por vezes, fez-me sentir seu grande amor por mim, revelado na cruz de Cristo – o maior exemplo de Fé, Força e Foco.

A meus pais, que, como exemplos de honestidade, humildade e solidariedade, ensinaram-me que nada material pode ser comparado a um olhar carinhoso e encorajador, que motiva o próximo àquilo que ele tem de melhor não por considerá-lo perfeito, mas por saber que enquanto ser vivo sempre terá uma oportunidade de se tornar melhor.

A meu esposo, Josenildo Silva Lira, um grande presente de Deus em minha vida, que, quando eu não acreditava mais que minha formação acadêmica seria possível, acreditou a ponto de me inscrever no Enem e no vestibular, e que, depois da aprovação, sacrificou-se para que eu pudesse me dedicar ao que amo: buscar conhecimento.

À minha orientadora, Fabiana Sena, que, com profissionalismo e paciência admirável, acompanhou meu processo de aprendizagem, motivando-me com desafios que me encorajaram a fazer questionamentos e buscas precisas para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa.

À minha querida amiga, Camila Almeida, que, desde as minhas primeiras produções, dedicou-se a corrigir, com carinho, meus trabalhos e que me vem ensinando as regras da língua portuguesa. Camila, mais do que uma amiga, és uma grande irmã. Sou grata ao Senhor por tua vida.

Às prezadas Géssica, Raquel, Bianca, Daniele, Gislaine e Rosicleide, amigas queridas com quem, ao longo de minha experiência de pesquisa, compartilhei experiências. Nesse processo construímos a nossa amizade.

A Ana Paula Pontes e Ana Paula Sousa, amigas com quem realizei muitos dos trabalhos do curso e, sobretudo, em quem me apoiei.

A Jessica Santos, Poliangela Sena amigas queridas que quando comerciaria me incentivaram para seguir minha vida em busca da minha formação acadêmica a vocês minha gratidão.

A natureza está em contínuo progresso, nunca para, nunca abandona, as coisas velhas para fazer coisas novas, mas apenas continua, aumenta e aperfeiçoa as coisas que antes começara (COMENIUS, p. 275)

RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa realizada no jornal O Publicador, da província da Paraíba, e teve como objetivo analisar as cartas destinadas ao diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, no jornal O Publicador (1866). Para tanto, consideramos o jornal como fonte primária de práticas e apropriações culturais da época de ouro da imprensa, período marcado pela vasta produção de jornais bem como de cartas. Assim, esta investigação está inserida na perspectiva da Nova História, que considera como fontes históricas os jornais, as cartas e outros artefatos culturais produzidos por sujeitos que historicamente foram esquecidos pela historiografia tradicional. Na identificação das epístolas, buscamos os indícios para verificar a função do diretor do estabelecimento de educandos artífices da Paraíba. Além disso, confrontamos os conteúdos das cartas com relatórios de presidente de província, ofícios manuscritos e manuais de escrever cartas, que revelaram a função do diretor nas cartas públicas no jornal. De modo que analisamos seis cartas que, em seus respectivos conteúdos, versaram sobre a função do diretor na administração de compras de materiais para construção/reforma do estabelecimento e pagamentos de funcionários. Dessa forma, chegamos à conclusão de que, para acompanhar as modificações físicas do prédio que sediou a instituição, houve a utilização de mecanismos de controle, como ofícios, e, quando se tratava de pagamentos aos empregados, a prestação de contas era feita por meio das folhas de caixa mensal. A presença do diretor nas mensagens se mostrou tanto de forma explícita, quando o cargo ou o nome eram mencionados, como de forma implícita, quando essa presença era percebida em razão do conteúdo. Ainda vimos que os discursos de intervenção eram transmitidos pela tipologia de ordem e legitimadas por epístolas de aviso.

Palavras-chave: Diretor. Cartas. Jornal.

ABSTRACT

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A IMPRENSA BRASILEIRA: UM LUGAR DA OPINIÃO PÚBLICA.....	14
2.1 Particularidades do jornal O Publicador.....	18
3 A CONTRIBUIÇÃO DAS CARTAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	22
4 4 NOTÍCIAS SOBRE O DIRETOR DA CASA DOS EDUCANDOS ARTÍFICES.....	28
4.1 Uma história do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba	28
4.2 Cartas do jornal O Publicador: o papel do diretor do Colégio dos Educandos Artífices..	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse em estudar a função de diretor do Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba ocorreu após o contato que tive como investigadora do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC¹), com os projetos de pesquisa “Ao redator dos jornais do Império: a instrução pública nas províncias do Rio de Janeiro e da Paraíba (2013-2014)” e “Sociedade de correspondência e a instrução pública nos jornais do Nordeste no Império (2014-2015)”, sob a orientação da Profa. Dra. Fabiana Sena.

A escolha pelo tema e a seleção das cartas ocorreram por três motivos: verificação da recorrência das atribuições do diretor presentes nos conteúdos das cartas; conhecimento de que, para ocupar um cargo administrativo, possivelmente o sujeito estava inserido em um contexto de boas relações com o presidente de província – já que dele partiam as nomeações para cargos públicos de confiança; e compreensão de que a administração desse sujeito colaborou significativamente com o primeiro estabelecimento de ofícios da Paraíba financiado pelo Estado.

No processo de coleta das epístolas nos jornais pernambucanos e maranhenses, percebi, no jornal *Publicador Maranhense*, a recorrência de notícias concernentes ao diretor da Casa dos Educandos Artífices – MA, mostrando o funcionamento da administração dessa instituição. A partir disso, formulei a seguinte questão de pesquisa: o que as cartas destinadas ao diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba revelaram sobre a sua função? Assim, com base nos estudos de Araújo (1985), conheci um pouco da história da imprensa da Paraíba e percebi que o jornal *O Publicador*, disponível na Hemeroteca Digital, foi o primeiro jornal diário a circular na província. Segui a investigação, de modo que o *corpus* coletado resultou em 41 cartas que versavam sobre a Casa dos Educandos Artífices da Paraíba. Verifiquei que, do total das cartas coletadas, 27 estavam destinadas ao diretor do colégio e que, em sua maioria, versavam sobre a construção e a reforma do estabelecimento. Dessas 27, fizemos um recorte de seis epístolas, que se destacaram por serem intervenções que apresentavam em seu conteúdo parte do processo de como o diretor administrava, em relação à compra de materiais e ao pagamento dos empregados, os recursos destinados ao Colégio de Educandos Artífices da Paraíba. Para responder à questão anteriormente formulada, temos como objetivo geral analisar as cartas destinadas ao diretor da Casa dos Educandos Artífices da Paraíba no jornal *O Publicador* e, como objetivos específicos, discutir sobre a imprensa

¹ Projetos financiados pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPQ).

brasileira como formadora de opinião pública; identificar os signatários e destinatários das cartas; discorrer acerca da contribuição da carta, no Império, para a história da educação; e examinar as cartas destinadas ao diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba. Para atingir os objetivos propostos, utilizamos autores como Bakhtin (1997), Barbosa (2007, 2010, 2011), Chartier (1999), Gómez (2002), Peixinho (2009) e Sena (2012, 2013, 2014).

Dessa maneira, destacamos os trabalhos realizados em pesquisas monográficas anteriores, que consideram as epístolas como objeto e fonte: “A escrita epistolar com suas regras e modelos de composição nas cartas sobre educação e instrução dos jornais paraibanos do Império”, de autoria de Kaline Gonzaga (2013); “Cartas nos jornais da Paraíba e do Rio de Janeiro no Império: a função do diretor e do professor na instrução pública”, de Camila Araújo e Géssica Romão (2013); e “Cartas nos jornais *O Cearense* (1865) e o *Diário do Rio de Janeiro* (1851): a função do inspetor na instrução pública”, de Raquel Silva Vieira. Essas produções acadêmicas se realizaram a partir da participação das autoras nos seguintes projetos: “A epístola sobre educação e instrução nos jornais paraibanos oitocentistas: as regras da comunicação epistolar (2011-2012)”; “Notícias sobre educação e instrução pública no Império: o modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba (2012-2013)”; e “Ao redator dos jornais do Império: a instrução pública nas províncias do Rio de Janeiro e da Paraíba (2013-2014)”, sob a orientação da Profa. Dra. Fabiana Sena.

Essa pesquisa encontra-se na perspectiva da Nova História Cultural, que, conforme Fonseca (2008, p. 53), é “vista como campo metodológico, abriga diferentes correntes historiográficas que ela identifica como sendo as dos estudos sobre a escrita e a leitura.” Desta feita, compreendemos, a partir de Burke (1992), que ela se encaixa na terceira fase da escola do Annales. Em outras palavras, após essa fase, os sujeitos que fizeram a história não foram mais reconhecidos como difundia a historiografia tradicional. Agora ganham voz e passam a ser considerados sujeitos históricos, bem como seus registros, ou, ainda, o registro próprio de uma época, como, por exemplo, os jornais do século dezenove e as cartas, tanto privadas como públicas .

Para identificar as cartas nos jornais, seguimos as orientações de Ginzburg (1989), que afirma que é necessário, em um trabalho de pesquisa, estar atento aos detalhes que o objeto investigado tem para comunicar, partindo assim dos fragmentos que ele apresente. Nesse sentido, o historiador da educação é um caçador que busca encontrar traços “invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados” (GINZBURG, 1989, p. 151). As afirmações do autor nos mostram que realizar uma pesquisa é vivenciar dias árduos e prazerosos; é procurar perceber as vozes, bem

como centrar-se em seus silêncios. Por isso, Sena (2012), em seus estudos sobre cartas, infere que estas não retrataram a realidade de uma época, mas são férteis por comunicar ao pesquisador o cotidiano da instrução pública da Paraíba. Nesse sentido, confrontamos os discursos epistolares com os relatórios de presidentes de província (1865-1867); com os relatórios do diretor da instituição (1865-1867); com as leis e os regulamentos da Paraíba; com os manuais *Novo Secretário Portuguez ou o método de escrever cartas* (1801), *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar* (1860); e com os ofícios manuscritos da província estudada (1866), para verificar as concordâncias e discordâncias dos discursos administrativos. Nessa mesma direção, Pinsk e Luca (2009, p. 204) certificam “fonte ou objeto, as cartas devem ser confrontadas com outros documentos. Assim se consegue alcançar uma percepção nuançada de seus objetivos, conteúdos e implicações, além de maior conhecimento de seu autor”.

Pesquisar sobre as cartas nos jornais me proporcionou uma experiência singular, pois, no processo de investigação, obtive motivações que descortinaram o conhecimento sobre o jornal como fonte e a carta pública (GOMEZ, 2002). Enquanto objeto de análise, a carta contribui para a História da Educação, por transmitir informações pertinentes à instrução pública e, em seus conteúdos, revelar práticas de um cotidiano de intelectuais como, por exemplo, a administração do diretor do Colégio do Educandos Artífices da Paraíba. Esse entendimento corrobora com Dantas (2011), ao afirmar que as epístolas sobre a instrução abordam a práticas de outros sujeitos inseridos nela.

O estudo das cartas em História da Educação chama atenção para alguns aspectos: a importância dos textos autobiográficos como fonte de pesquisa; a contribuição que estes estudos podem dar, entre outras formas, para elucidar aspectos específicos de processos de formação e também como suporte para perceber elementos das trajetórias de intelectuais, professores e alunos. (DANTAS, 2011, p.01)

As pesquisas que consideram as cartas como objetos de investigação são recentes, porém relevantes. Assim como o jornal, no período imperial as cartas tiveram uma produção intensa. É principalmente no “século de ouro da imprensa”, conforme registra Sodré (2011), que as cartas públicas ganharam maior visibilidade, diversidade e intensidade. Esse século deixou como herança para os pesquisadores da História da Educação os jornais que testemunharam interações sociais como memórias da instrução pública e seus sujeitos registrados em suas páginas. Assim, serviram de suporte para diversificados assuntos e abordagens a respeito da instrução pública no Brasil. Quanto às produções em âmbito nacional, destacamos Rizinni (2007), Peixinho (2009) e Sena (2011, 2012, 2013, 2014).

Consideramos que a imprensa da Paraíba, como parte dessa fase de propagação de ideias, colaborou por meio do jornal *O Publicador* para a difusão das informações julgadas pertinentes, primeiramente pelos tipógrafos e editores, que eram os responsáveis pela impressão e ordenação dos discursos nos jornais.

A análise desta monografia esteve centrada nas mensagens que apresentaram vestígios de fins específicos, de acordo com o assunto ao qual deram visibilidade publicamente. Para tanto, as consultas aos manuais de escrever cartas foram indispensáveis, pois “os manuais estabeleciam os temas a serem abordados, conforme o correspondente e seu grau de proximidade e intimidade, [...]”. (MALATIAN, 2009, p. 198).

Diante do exposto, a análise desenvolvida nesta pesquisa é viável, pois revela a representação de um sujeito, por meio das cartas nos jornais da Paraíba, e como esse sujeito contribuiu para que o ensino técnico manufatureiro se efetivasse. Ela possibilitou, na formação do pedagogo, caminhos diversos para outras pesquisas em História da Educação.

Dessa maneira, este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, discutimos a imprensa como formadora da opinião pública, considerando a respectiva complexidade, enquanto suporte complexo composto por uma diversidade de gêneros dos discursos e possuir uma linguagem distante do tempo presente.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a contribuição das cartas para a História da Educação e sobre as cartas publicadas em jornais com temas diversos – em especial sobre sujeitos envolvidos na instrução pública, a exemplo do diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba.

No terceiro, para mostrar ao leitor – pelos relatórios do presidente de província, leis, regulamentos e ofícios manuscritos –, o lugar de atuação do gestor e parte de seu cotidiano, apresentamos uma história do Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba. Após, analisamos as cartas que mostraram a função do diretor do colégio mencionado.

2 A IMPRENSA BRASILEIRA: UM LUGAR DA OPINIÃO PÚBLICA

Desde o período imperial, a imprensa no Brasil tinha como foco de suas publicações a transmissão de ideias, que objetivavam interagir com os leitores e, por essa razão, pode ser entendido como um suporte que proporcionou interação e influência social. Desse modo, compreendemos que as notícias difundidas nos folhetins, gazetas e impressos tinham a intenção de concordar ou discordar com o governo do imperador. Contudo, neste capítulo, discorreremos sobre o papel dessa imprensa opinativa brasileira.

A chegada da corte imperial ao Brasil, em 1808, pode ser entendida como marco de modernização e organização oficial da imprensa brasileira. Desde a instalação, a Tipografia Nacional tinha como propósitos promover a difusão do modo de governar da corte e suas respectivas províncias e, ainda, tentar evitar que os jornais informais que circulavam anteriormente desvirtuassem as ideias propostas por D. João VI. Nesse sentido, Bahia (2009) afirma que, antes do príncipe regente, devido à promulgação da carta régia de 1747, a “palavra imprensa era considerada crime”. O autor explica que tal rigor era imposto para inibir pronunciamentos livres. A oficialização não garantiu que a imprensa clandestina fosse extinta, mas buscou ordenar os discursos e centralizar a produção intelectual na corte pelos homens de letras que estavam ao seu serviço. Contudo, o período imperial é considerado como um marco que buscou consolidar o destino histórico e cultural do Brasil, que tentava se organizar como uma nação, de maneira que “a ação da imprensa é fundamental para o desenvolvimento da vida brasileira” (BAHIA, 2009, p.30).

Segundo Sousa (2010, p. 52), o século dezenove é historicamente conhecido como “época de ouro da imprensa” por ter sido o período no qual houve uma vasta produção e circulação dos jornais. O autor, ao discutir sobre seu desenvolvimento, explica que esse ocorria de maneira latente, ou seja, existiam vários jornais e gazetas que costumavam divulgar notícias sobre a “escolarização das massas e a instituição de escolas públicas em vários países”, fossem elas de críticas ou de elogios à gestão do imperador e dos presidentes de província.

Nessa perspectiva, Sodré (2011, p. 274), ao discorrer sobre a imprensa no Império, afirma que esta se constitui em mecanismo de poder, para disseminar as ações do imperador e dos presidentes de província. Segundo o autor, a “imprensa deve estar em suas mãos, deve servi-la, deve contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal que repousa no latifúndio e que não admite resistência”. Assim, inferimos que, do período colonial ao

governo imperial, a imprensa oficializada devia servir para formar a opinião do leitor e, com isso, consolidar o modo de governo vigente, no momento histórico que perpassasse.

Para Burke (1998), os jornais, enquanto instrumentos de poder, influenciavam os grupos sociais, a saber: família, religião, instituições e lugares de instrução pública. Porém, a autora faz uma ressalva quanto às fragilidades administrativas e explica que “tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública, que caso existentes, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente.” (BURKE, 1998, p.147). Desta feita, a imprensa também servia para suprir lacunas governamentais, por isso suas publicações eram controladas.

A imprensa, como suporte de gêneros discursivos, almejava moldar comportamentos, ou seja, assumiu um papel cultural relevante e deixou vestígios das pessoas que nela publicaram e, portanto, contribuiu para formar opiniões por intervenções realizadas por meio da escrita desses gêneros. Todavia, poucos foram os jornais que tiveram longevidade. Bahia (2009, p. 81) certifica que “a imprensa noticiosa e política não detém periodicidade duradoura salvo aqueles veículos de reconhecida estabilidade”. Diante dessa assertiva e, pelo contexto de governo centralizador do império, podemos compreender que a permanência dos jornais estava voltada para aqueles que propagassem e aplaudissem as ações do imperador. Assim, enquanto “quarto poder”, legitimava os sujeitos e propagava suas ações a leitores específicos. Consequentemente, as informações no jornal com pretensão de moldar a posição política, a favor do partido que o tipógrafo favorecia.

As possibilidades de leitura dos jornais permitiam que a propagação de ideias fosse extensa, pois o leitor, nos oitocentos, apresentava dois perfis diferentes, a saber: os que liam a escrita e os que ouviam a escrita. Burke (1998, p. 150), ao discorrer sobre eles, afirma: “o impacto da imprensa foi crescente e passou a atingir um número de pessoas que não sabiam ler. A prática de leitura quer no âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada”. Dessa forma, tanto as pessoas cultas quanto a população analfabeta praticavam a leitura oral, já que sua prática era relevante. Assim, o jornal era acessível a leitores de distintas esferas sociais, razão pela qual os olhares da corte e de seus presidentes estavam atentos ao controle de notícias veiculadas por eles.

Pensamos que assim como existiram leitores diversos houve também tipógrafos e tipografias distintas. Essas diversidades foram provenientes da liberdade de expressão determinada pela constituição de 1824, que, em seu artigo 179, parágrafo quarto, dizia: “todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa,

sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar”.

As determinações legais deixaram explícito que cada jornal podia publicar quaisquer tipos de informações, desde que os responsáveis (jornalistas, editores) pelas revisões dos conteúdos estivessem atentos em não afrontar o imperador ou os presidentes de províncias. Se algum proprietário ou tipógrafo buscasse desvirtuar o governo, recebia, pela lei, punição. Entretanto, a legislação não explicou quais punições eram essas e como aconteceriam. Certamente por esse motivo publicada a emenda, em 22 de novembro de 1830, que definiu a provisoriedade deste artigo. Vejamos: “Manda executar provisoriamente o projecto de lei da Assembléa Constituinte sobre liberdade de imprensa”.

Contudo, a liberdade de imprensa do século dezenove permitia a diversidade dos periódicos, que, porém, era limitada. Nesse sentido, entendemos que cada jornal objetivava formar a opinião de pessoas de lugares diferentes. De acordo com Sena (2012), “[...] Há jornais para todos os gostos, entre eles os de opinião, situação, pedagógico, agricultura, comércio, literatura, entretenimento ou costume e científico [...]”. Porém seus formatos materiais dependiam das condições econômicas de fabricação. Segundo Sousa (2010):

A atividade jornalística sempre exigiu dos seus produtores criatividade e um grande esforço intelectual, habilidades comunicativas de redigir para públicos heterogêneos e de interesses diversificados, além de importantes decisões a serem tomadas (o que e como publicar) a respeito da organização de seus relatos: enquadramentos, destaque, ênfases, seleções e exclusões. (SOUSA, p. 52).

Desse modo, houve interesses econômicos e políticos que excluía e selecionavam as notícias. Outro aspecto observado é o da materialidade da imprensa – economia que esteve vinculada às condições de fabricação material dos jornais, pois conforme as tipografias adquiriam recursos, a produção dos impressos jornalísticos aumentava. No entanto, esse avanço financeiro abarcava dois aspectos. O primeiro era o lugar social de produção do jornalista/editor, ou seja, de acordo com as disposições financeiras desses sujeitos, o periódico adquiria uma materialidade diferenciada. O segundo era a dificuldade de circulação, que Lustosa (2000, p. 28), ao discorrer sobre o *Diário do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro jornal diário do Império, depreende que “as dificuldades de comunicação impediam a divulgação pelas províncias. Muitos não deviam atingir senão o público das cidades onde eram publicados. Eram distribuídos somente aos assinantes, cujo número raramente ultrapassava as duas centenas”. Por essa razão, os jornais que propagavam notícias de outros

países demoravam até três meses para circular entre os leitores, já que o tráfego desses era marítimo.

Diante da afirmação da autora citada, alegamos que o pagamento das assinaturas e anúncios contribuiu para que a circulação das edições posteriores dos jornais fosse possível. Destarte, conforme pesquisa realizada na Hemeroteca Digital, nas páginas dos jornais, verificamos que cada periódico tinha seu valor. Desta feita, Lustosa (2008) afirma que o primeiro impresso a cobrar encargos foi o *Diário do Rio de Janeiro*, em 1838.

De acordo com Le Goff (2000), a imprensa brasileira constitui-se em lugar de inscrição da memória. Logo, é possível inferir que os sujeitos que serviam as províncias e a corte registravam seus posicionamentos nos jornais para marcar o seu lugar social, conforme a função social que exercessem. Para tanto, eles se apropriavam de práticas culturais.

Essas práticas, por sua vez, eram produzidas por pessoas que sabiam ler e dominavam a escrita erudita, ou seja, um público masculino, a saber: administradores, políticos, comerciantes e religiosos. Para Chartier (1999, p. 23), “as práticas culturais visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto de uma posição [...]”. Então os jornais eram mundos de representações que visavam intervir no comportamento da sociedade imperial, por meio de discursos que versavam desde assuntos gerais da administração das províncias até a instrução pública, seus espaços de funcionamento e profissionais.

Para tentar formar a opinião dos leitores, os impressos contaram gêneros discursivos diversos, como cartas, anúncios, editais, despachos, portarias, dentre outros, e, com isso, permitiam que tivessem acesso a notícias sobre educação religiosa, decisões administrativa, projetos de lei, instrução pública bem como os sujeitos que dela faziam parte, por exemplo, professores, educandos, inspetores da instrução, delegados da instrução, diretor da instrução pública, diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba².

Quanto aos gêneros do discurso, Bakhtin (1997) explica que todos os seguimentos se utilizaram deles para comunicar seus pensamentos e ordenar os seus espaços. Desse modo, sabemos que, nos jornais, esses se configuram em réplicas de diálogos públicos, que se podiam apresentar de maneira simples e objetiva ou complexa e detalhada. Nessa direção, o autor apresenta dois tipos de gênero: o primário e o secundário. O primário diz respeito à conversação escrita informal, que admite linguagem objetiva sem se apropriar de termos

² Segundo Cunha (2000), foram inauguradas dez Casas de Educandos Artífices no Brasil, mas em nosso trabalho nos reportamos ao sujeito investigado em nossa pesquisa, que servia na instituição fundada na Paraíba.

cultos, mas que pode motivar a produção de um texto mais organizado (discursos científicos, teatro, romance) com o fim de destiná-lo a um grupo social específico.

Destarte, concordamos com Sena (2014, p. 78), ao afirmar que “a imprensa nesse período e em qualquer outro, deve ser considerada como o lugar da recepção e difusão dos discursos múltiplos, onde e quando os debates culturais, políticos e literários se criavam e/ou se firmavam através da escrita”.

2.1 Particularidades do jornal *O Publicador*

Na Paraíba, os primeiros jornais em que circularam notícias foram a *Gazeta do Governo da Paraíba*, administrado por Waller S. Boardman, a *Gazeta Parahybana* (1889), que pertencia ao jornalista Borges da Fonseca e o *Correio da Parahyba*, que teve como proprietário da edição o presidente de província do ano de 1830. Entre os jornais em que circulavam notícias, destacamos *O Publicador*, que, assim como os demais, segundo Barbosa (1985), seguia os modelos da corte na impressão e organização de notícias e, por isso, também pretendia formar a opinião pública paraibana. Desse modo, comunicava sobre comércio, livros, saúde, educação e instrução pública. Mostrava o cotidiano de uma sociedade letrada que, por suas páginas, dava visibilidade a modos de viver e ao exercício profissional de alguns sujeitos. Conforme Sodré (2011, p. 288), a “época de ouro da imprensa” se constituía por homens de letras que serviam a imprensa como tipógrafos, editores e jornalistas.

Conforme Barbosa e Lima (2008), os jornais podem ser entendidos como suporte de gêneros do discurso que promoviam interações sociais e buscavam orientar maneiras de viver. Destarte, essas práticas, como afirma Barros (2011, p. 47), foram reveladoras de “modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros”. Assim, “o espaço público gerou uma demanda pela a troca de informações, intensificada cada vez mais pelo acesso da população à leitura e à escrita” (MELLO, 2005, p. 27). Concordamos com a autora quando certifica que os jornais foram a primeira instância mediadora do espaço público, que antes se limitava aos debates em clubes, ruas e praças.

Para a Paraíba e demais províncias do País, a imprensa representou um desenvolvimento significativo, pois selecionava, ordenava, estruturava e narrava atos públicos

(LUCA, 2010). Nesse sentido, *O Publicador* era um periódico diário e diferenciado, por ter sido o primeiro jornal diário da Paraíba. Segue uma ilustração desse impresso:

FIGURA 1 – O Publicador



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

O periódico pertencia a José Rodrigues da Costa – tipógrafo, jornalista e editor – e circulou de 1862 a 1886. Cobrava uma taxa mensal de 1\$000 e 40\$00 para anúncios de assinantes. Todas as suas publicações deviam ser pagas com antecedência. Ainda em sua primeira página propagava a respectiva informação: “a empresa tem como indeclinável dever o facilitar convenientemente em suas columnas a liberdade de imprensa em toda a sua

plenitude” (O PUBLICADOR, 1865, p. 1). De acordo com Barbosa (1985), esse foi o primeiro jornal diário da Paraíba.

Quanto à estrutura de organização das notícias, *O Publicador* estava ordenado em seções, das quais destacamos: a Oficial, que divulgava notícias com assuntos locais, de outras províncias do Brasil e internacionais e, além disso, apresentava conteúdos administrativos da localidade; a Literária, onde se publicavam os romances ou poesias em sequências – não muito rigorosas, já que esse jornal publicou acentuadamente a respeito da administração da Paraíba e seus servidores; na parte de Anúncios, notamos que eram diversos, portanto poderiam ser de compra e venda de mercadorias, como também versavam sobre religião e oferta de serviços de professores.

Entretanto, essas seções e gêneros discursivos não tinham um lugar fixo, de maneira que era comum a publicação de notícias sobre a direção do Colégio dos Educando Artífices em todas as páginas – em especial nos anos de 1865 a 1869 –, bem como informações distintas sobre a instrução pública local. Porém, *O Publicador* apresentou, no ano de 1866, um expressivo conteúdo sobre o diretor do estabelecimento, o Padre Joaquim Victor Pereira, precursor da gestão. Diante dessa apresentação, verificamos que o jornal mesclava as notícias e assuntos sobre a administração da província, da instrução pública e dos servidores inseridos nela com os eventos culturais e religiosos, como missa e teatro. Nesse sentido, Vieira (2007, p. 13), ao discorrer sobre a imprensa, reconhece sua complexidade, por ser ela o lugar da diversidade dos discursos de uma dada sociedade.

A imprensa permite uma ampla visada cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais. (VIEIRA, 2007, p. 13, grifos nossos).

Barbosa (2007, p. 18), em seus estudos sobre a imprensa, alerta-nos que “não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época”. Dessa maneira, inferimos que esse instrumento é fértil para a História da Educação, pois testemunhou momentos da instrução pública, ao dar visibilidade a discussões que mostravam os sujeitos e respectivas ocupações em cargos públicos, e, ainda, sinalizavam como os projetos de lei deviam ser aplicados nos espaços de instrução pública, como, por exemplo, as casas dos docentes, colégios de caridade, instituições de ensino primário e secundário, dentre outros.

Nessa perspectiva, podemos entender *O Publicador*, por meio dos estudos de Barbosa (2007), como “o jornal [que] comporta significados variados”, por ter sido um lugar diverso e complexo, uma vez que abarcou uma série de assuntos pertinentes aos acontecimentos da Paraíba, no período do Império, que tinham a finalidade de fomentar as opiniões da comunidade de leitores da localidade.

Logo, compreendemos que o impresso citado promovia interação verbal. Conforme Bakhtin (1997), essa era possibilitada pelos gêneros discursivos, pois cada esfera social tem sua forma de interagir. Desse modo, entendemos que *O Publicador* permitia ao leitor acesso aos dialogismos entre os presidentes, inspetores do tesouro e diretores de instrução pública que escreviam cartas ao diretor do colégio dos Educandos Artífices da Paraíba.

3 A CONTRIBUIÇÃO DAS CARTAS PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

As epístolas foram instrumentos de comunicação que, segundo Gomez (2003), desde a antiguidade eram utilizadas para preservar laços e trocar informações diversas entre os pares envolvidos no diálogo. No entanto, antes do século dezenove, sua apropriação era singela, devido ao tímido processo de alfabetização que antecedeu o período imperial.

Assim, nos oitocentos, houve uma maior apropriação da escrita epistolar. Por isso, essa estava estritamente vinculada a dois fatores: “[...] o indiscutível crescimento da alfabetização, [...] todos os dados apontam àquela como uma sociedade mais alfabetizada e, principalmente, mais presa nas redes do escrito” (GOMEZ, 2003, p. 14). Ao discutir sobre o processo de alfabetização de sujeitos, ele considera que o ato de escrever no Império tanto aconteceu de maneira funcional, como pela necessidade da redação de documentos oficiais, como os recibos. Outro motivo para a produção epistolar era a ausência prolongada de pessoas queridas, em função da migração de espanhóis para terras americanas. Diante da importância das cartas para o processo de ensino de leitura na sociedade imperial, consideramo-las relevantes para os estudos em História da Educação.

Sena (2012) explica que, para ser considerada como carta, é preciso haver os seguintes elementos textuais: signatário, destinatário e mensagem. Dessa maneira, as epístolas, no século dezenove, destacaram-se por serem o gênero do discurso recorrente do Império, que promoviam proximidades entre os signatários e os destinatários, por meio das mensagens. Dessa forma, Roquette (1997) afirma que as cartas nos jornais pressupõem um distanciamento entre locutor e interlocutor.

Admirável invento que aproxima ausentes dos presentes, encurta as distancias, mitiga as saudades, adoça o dissabor da separação, estreita os vínculos da amizade, nutre nalma o fogo da esperança, e ainda depois da morte conserva o monumento durável da affeição e ternura com que dous corações se amaram. E não é só ausencia se não a multiplicidade dos negocios, e o grande número de relações que nos tempos modernos tem dado gradíssima extensão a esta parte da convivencia social. (ROQUETTE, 1997, p. 208, grifos nossos).

Por ter sido a carta um meio de comunicação que versou acerca de diversos assuntos, dos íntimos aos públicos, ela pode ser entendida como um gênero do discurso no qual seus escrevedores podiam expressar-se em relação a amigos, amor, família, pedidos, recomendações, ordens, avisos, dentre outros (MALATIAN, 2009).

Por essa razão, percebemos que as cartas foram produzidas e lidas nas esferas públicas e privadas. Quanto às públicas, estas passavam do suporte papel para os jornais, que, por sua

vez, propagavam esse gênero de acordo com sua finalidade. Assim como houve cartas para todos os gostos, existiram também impressos que serviram de suporte para propagação dos discursos epistolares (SENA, 2012).

Peixinho (2009), ao discutir a respeito das cartas públicas portuguesas nos jornais, e Sena (2014), ao discorrer sobre esse gênero do discurso sobre instrução pública da Paraíba, concordam em afirmar que houve uma relação imbricada entre o jornal e as epístolas dos oitocentos. Logo, pode ser entendido como instrumento de fomentação de ideias, pois, concomitantemente, a intensa produção de jornais no Império coincidiu com a progressiva e recorrente composição das cartas nesses suportes.

No jornal *O Publicador*³, em seus respectivos conteúdos, as cartas versavam a respeito da instrução pública da Paraíba e dos sujeitos inseridos em sua administração, como, por exemplo, o diretor do Colégio dos Educandos Artífices da província mencionada. Entretanto, ressaltamos que a singularidade das cartas consiste em suas múltiplas formas de produção, recomendadas pelos manuais de escrever cartas. Por essa razão, sua publicação era cabível em qualquer jornal.

Essas colocações nos remetem ao leitor e aos confrontos com que este se deparava frente ao ato de ler. Chartier (1999), ao discorrer sobre o ordenamento do mundo escrito, infere que:

Cada leitor é confrontado por todo um conjunto de constrangimento e regras. Ele certifica que há um processo de organização dos textos que primam por tentar controlar o leitor de modo que o autor, o livreiro-editor, o comendador, o censor, todos pensam em controlar mais de perto a produção do sentido, fazendo com que os textos escritos, publicados, glosados ou possível, à luz de sua vontade prescritiva (CHARTIER, 1999, p. 7).

A citação contribuiu para percebermos alguns aspectos. Primeiro, os discursos epistolares eram produzidos e pensados para os leitores que, ao se depararem com a leitura de cartas no jornal, podiam observar o teor dos respectivos conteúdos, ter a noção de uma orientação normativa que primava pela clareza das informações fossem curtas ou longas. Segundo, para que o controle da escrita fosse possível, uma equipe de profissionais se mobilizava para pensar em qual espaço do jornal a carta podia ser publicada, na adaptação de sua mensagem, na configuração estética, e, ainda, na tipografia disponível para materializar e veicular as informações. Tais inferências emergem do entendimento de que os discursos epistolares eram direcionados a jornais específicos. Por exemplo, se o periódico era

³ Era comum, nos periódicos do Império, a presença de cartas sobre a instrução pública, porém interessa à nossa pesquisa as que transmitiram informações sobre esse lugar social administrativo na província da Paraíba.

conservador, primava por aplaudir ações do governo, bem como de seus servidores. Para este, certamente, não eram enviadas as cartas de queixumes, já que, se o periódico se configurasse como um jornal liberal ou popular, o tipo de discurso mencionado era passível de propagação. Portanto, de uma forma ou de outra, tanto o jornal como as cartas promoviam a formação da opinião pública sobre a instrução e seus respectivos espaços de funcionamento.

Contudo, notamos que, no período estudado, os esforços primavam por uma leitura regida. Porém, o autor afirma que, “por outro lado, a leitura é por definição, rebelde e vadia.” Com isso, o pesquisador da História da Educação percebe que, ainda que o jornal em forma de livro ofertasse ao leitor um amplo mundo de informações, esse tinha total liberdade para consultar as informações temáticas diferentes presentes nas epístolas. E ainda compreendemos que houve no Império diferentes formas de apropriação da escrita desse gênero, que variou de acordo com os interesses das comunidades de leitores.

Na “época de ouro da imprensa”, cabia aos secretários escreverem as regras para uma escrita culta, clara e objetiva de cartas. Desta feita, referimo-nos a José Ignácio Roquette – intelectual, político, professor, religioso (Barbosa, 2011) e autor de duas obras que versaram sobre carta: o *Codigo Bom Tom* (1845)⁴ e *Novo Secretário Portuguez ou Código Epistolar* (1860). Em sua obra de 1845, fez alusão à carta, explicou que se redigia esse tipo de discurso para manter laços de afetividade ou resolver negócios, e acrescentava outra razão muito forte: porque as palavras passam ou são esquecidas e o que se escreve fica.” (ROQUETTE, 1845, p. 209). Pelas palavras ditas, podemos entender que escrever epístolas também era uma forma de evitar esquecimentos.

Nas páginas do *Novo Secretário Portuguez ou o método de escrever cartas* (1801), José Francisco Freire, sacerdote e escritor de obras literárias poéticas, afirmou que esse regulador da produção epistolar foi o primeiro a dar visibilidade detalhada às cartas, além de informar seu prestígio enquanto escritor respeitado na sociedade. Vejamos:

Obra que tem grande applausos e, boa acceitação, não só porque até agora sahio á luz outra neste gênero, mas tambem pelo nome de seu author, bem conhecido entre os Literatos, por seus escritos, que tanto honraõ a nossa Naçaõ, como a doutrina, e Religiosa Sociedade, de que foi membro, e a que tanto lustre deo com seus avultados talentos, e sonsummado desabuso (FREIRE, 1801, p. 2).⁵

⁴ Esclarecemos que o *Codigo Bom Tom* era um manual de civilidade que ordenava o modo de ser e de fazer das pessoas e tratava desde os cuidados com corpo até as regras de expressões de cordialidade. Todavia nosso foco está em dar visibilidade às suas considerações sobre as cartas.

⁵ Mantivemos a escrita original em todos os textos transcritos neste trabalho.

Depreendemos com as referidas considerações que os autores dos manuais da escrita epistolar almejavam estabelecer uma uniformidade nas produções, nas estruturas dos textos. Vimos que eles permitiam o uso da linguagem coloquial, desde que os discursos não se destinassem aos grupos de poder que regiam a corte e as províncias. Com isso, concordamos com Sena e Machado (2014), que confirmam que os discursos das cartas deviam atentar-se para os direcionamentos dos gêneros da retórica, a saber: deliberativo, judicial e epidíctico, que objetivam persuadir o leitor-escritor e, por essa razão, adequavam-se às suas necessidades de escrita.

Conforme as mensagens desejadas pelos signatários das epístolas, os manuais detalhavam como produzi-las. Dessa maneira, era necessária toda uma técnica para estruturar um discurso epistolar (SENA, 2014). Assim, eles foram os principais instrumentos que buscavam moldar modos de conversações, ao determinar as estratégias adequadas para se reportar a cada destinatário das cartas públicas ou privadas. Freire (1801) e Roquette (1860)⁶ orientavam que, para cada tipo de discurso, havia uma particularidade, que envolvia alguns aspectos, a saber: a organização dos discursos, os materiais das epístolas e os aspectos estéticos, ou seja, as regras alertaram o leitor-escritor sobre as diferenças na composições persuasivas do conteúdo e apresentação cuidadosa dos/aos destinatários imaginados.

As orientações para suas produções e fins destinados à mensagem contemplaram questões materiais, o tipo de tinta e o papel que servia de suporte para a escrita desse gênero do discurso, que variava de acordo com o receptor da mensagem. Para Roquette (1860, p. 1): “[...] ha muitas cousas que observar á cerca da contextura das cartas, do papel que se ha de empregar, e varias outras particularidades que não são para desprezar se quizermos passar por gente bem criada, e que conhece as regras de bem viver”. Desta feita, vimos que, para escrever no suporte indicado, o signatário deveria ser uma pessoa educada, culta e de bons costumes.

A estética das epístolas era sinalizada nas orientações para datá-las, a saber:

Em cartas de cerimonia, põe-se a data no fim e á esquerda da assignatura, que é um signal de respito á pessoa a quem se escrve. Quando se escrever da mesma villa ou cidade, costuma-se pôr, em lugar do nome da terra, C. de V. Ex^a ou S^a, casa de V... ou S.C. (sua casa) segundo a qualidade da pessoa.
Em cartas de negócio, e nas correspondências particulares e ordinárias, põe-se a data no alto da carta (ROQUETTE, 1860, p.3).

⁶ Existiam outros manuais de escrever cartas, porém destacamos, neste trabalho, os que utilizamos em nossas análises.

Nessa mesma direção, Sena e Machado (2014) inferiram que essas e outras determinações buscavam forjar ou simplesmente mostrar representações dos destinatários. Contudo, as cartas no jornal *O Publicador* omitiam algumas características como a assinatura, o papel, a cor da tinta, as datas de envio, em alguns casos (algumas eram entendidas pelo leitor como a data do jornal que a divulgou), e os limites das margens. Com isso, apreendemos que tais disposições eram recorrentes nas epístolas particulares. Porém, no suporte do jornal, as características mais recorrentes que identificamos nas cartas foram as mensagens e os destinatários.

Nesse sentido, precisamos estar atentos aos indícios que os signatários deixavam em suas escritas. Conforme Ginzburg (1989, p. 145), entendemos que o historiador da educação é um “conhecedor da arte é comparável a um detetive que descobre o autor do crime [...] baseados em indícios imperceptíveis para a maioria”. Na perspectiva do autor, esse papel de investigar desponta “dados marginais, considerados reveladores” do cotidiano da instrução pública imperial, bem como do diretor do Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba.

Desse modo, inferimos que a pesquisa com a epístola, enquanto objeto de análise para a História da Educação, se constitui complexa e desafiadora, uma vez que competirá ao investigador encontrar, por vezes apenas nas mensagens, vestígios que colaborem para construção de uma narrativa relevante para essa área de conhecimento.

Os leitores-escretores-repórteres (BARBOSA, 2007) que liam os jornais escreviam cartas e noticiavam para outros as ações e determinações concernentes à instrução pública. Assim, adaptavam a respectiva escrita às regras de composição dos discursos epistolares. Dessa maneira, os discursos que se destacaram, no que concerne à instrução pública imperial, foram os de ordem. Na Paraíba, em 1866, essa prática de ordenar pode ser percebida naquelas destinadas à gestão do Colégio dos Educandos Artífices, que mostraram parte do cotidiano administrativo da instrução pública e da fiscalização do trabalho desse servidor público.

Os manuais de escrever cartas foram, em sua época, essenciais para ordenar a escrita e estabelecer um padrão ideal de comunicação epistolar. Sobre esse assunto, Barbosa (2011, p. 100) afirma que:

É possível perceber a longa duração epistolar e dos seus manuais ao mesmo tempo em que se anunciam as mudanças suscitadas pelos novos padrões de escrita, que incluem novos temas, novos destinatários e até mesmo mudança de suporte, no caso das cartas publicadas em jornais (BARBOSA, 2011, p. 100).

Os jornais permitem ao pesquisador da educação a percepção de uma relação tríade imbricada, a saber: manuais-carta-jornal. Nessa perspectiva, o gênero do discurso estudado era utilizado para promover representações construídas de sujeitos, instituições e ações concernentes à instrução pública. Chartier (1999, p. 17), ao discorrer sobre as intencionalidades dos discursos, as divisões e orientações do mundo social (da organização da sociedade) produzidas por intelectuais que transmitiram representações de suas posturas – espaços nos quais acontecia a instrução, possíveis de decifração – certifica que há uma diferença entre o representado e o vivenciado, que não foi propagada.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forja. Daí, para cada caso é necessário o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, p. 1999, p.17).

Com isso, sabemos que não houve nenhuma publicação de cartas neutra nos jornais. Essas, na esfera pública, revelaram as práticas culturais acerca de instrução pública, políticas e a situação social do Império. Esse entendimento é possível, pois o periódico *O Publicador*, enquanto suporte, legitimou as representações de homens letrados e eruditos. Gomez (2002) certifica que a produção desse gênero discursivo era comum à elite intelectual.

Escrever cartas era uma atividade corrente entre administradores, burocratas e letrados, quanto a todos eles viviam aferrados de papel e à pluma; mas também encontro; seu tempo a seu momento na vida de um número mais amplo de pessoas, sendo isto o que, uma vez mais, autoriza como principal dos meios de comunicação social escrita na Espanha do Barroco. (GOMEZ, 2002, 17).

Contudo, as cartas nos jornais propagaram notícias sobre instrução pública bem como organizaram suas estruturas composicionais e estéticas. De acordo com os manuais, determinavam que, para cada objetivo da escrita de carta, existia uma tipologia para que o signatário fosse visto pelo destinatário/leitor como culto e conhecedor das regras de escrever bem. Dessa forma, essas duas pessoas podiam ser identificadas nos discursos dos jornais, essas identificações aconteciam pelo conteúdo das mensagens que podiam ocupar quaisquer espaços no jornal. Sena (2013, p. 8), afirma que “as cartas publicadas nos periódicos tiveram que se adaptar ao formato desse suporte devido às inúmeras informações sob os diversos gêneros textuais que eram publicados”.

4 NOTÍCIAS SOBRE O DIRETOR DA CASA DOS EDUCANDOS ARTÍFICES

4.1 Uma história do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba

Apresentamos aqui uma história do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, por ser esse o primeiro espaço da localidade a proporcionar ensino profissionalizante para crianças impossibilitadas de se manter economicamente em qualquer instância da sociedade. A instituição capacitou, em ofícios, sujeitos que antes de sua fundação eram considerados inúteis. Entretanto, entendemos que a respectiva organização administrativa, de ofícios, oficinas e trabalhos em geral, tomou, possivelmente, como modelo, o estabelecimento fundado, em 1840, no Pará.

A criação de instituições escolares no território brasileiro acompanhou os movimentos e os interesses da sociedade. Segundo Nascimento (2007), elas estavam inseridas em um processo organizado para atender os interesses da elite que as controlava por meio de leis e de decretos. No entanto, no que diz respeito ao ensino profissionalizante, tivemos a preparação, no setor privado e no público, de pessoas, em artes e ofícios. Quanto à iniciativa privada no Brasil Império, Almeida (2000) afirma que existiam “seis liceus de artes e ofícios, nos quais se dá aos jovens de ambos os sexos a instrução profissional”. Tais liceus tinham o objetivo de promover a preparação de mão de obra qualificada para servir a Corte e as províncias do que necessitassem⁷.

O setor público, por sua vez, estava voltado, em instituições, para a preparação de pobres livres, órfãos e desvalidos. Cunha (2000) e Rizinni (2004) informam que, nos oitocentos, entre 1840 e 1865, foram fundadas nove Casas de Educandos Artífices financiadas pelo Estado. Todavia, observamos, nos estudos de Lima (2008), a qual considerou os anos de 1840 a 1874, a presença de mais um estabelecimento. Tal diferença é possível por conta da distância temporal de quando aconteceram as pesquisas. Contudo, os autores concordam em afirmar que esses estabelecimentos objetivavam a inserção de parte desse grupo de crianças pobres livres, órfãos e desvalidas, entre 6 e 12 anos de idade, para torná-los úteis. Assim,

⁷ Destacamos que o objetivo do Liceu de Artes no Brasil era “propagar e desenvolver, pelas classes operárias, a instrução indispensável ao exercício racional da parte artística e técnica das artes, ofícios e indústrias”. (Regulamento LAO-RJ apud Murasse, 2002, p 05). Para tanto, as aulas de ensino de teorias e prática se adaptaram às necessidades de cada província. Todavia, apresentamos essas informações de forma ilustrativas, pois não é foco de nossa pesquisa.

No período imperial, enquanto as instituições criadas, mantidas e administradas pelo Estado voltavam-se, predominantemente, para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira a partir dos miseráveis, as iniciativas de particulares eram destinadas, principalmente, ao aperfeiçoamento dos trabalhadores livres, os que tinham disposição favorável para receber o ensino oferecido. (CUNHA, 2000, p. 91, grifos nossos).

Dos colégios fundados no Brasil, destacamos o primeiro, fundado na província do Pará⁸, pois possivelmente serviu de modelo para os demais, criados posteriormente, como, por exemplo, a Paraíba. De acordo com o relato presidencial, apesar de atender a esse público desfavorecido economicamente, seu objetivo maior era o ensino técnico manufatureiro. Segue a fala do gestor: “considerando sob seu verdadeiro ponto de vista he este estabelecimento não só uma Casa de caridade, e socorros publicos; mas uma instituição econômica política, e que tende a preparar artistas hábeis para as diversas obras da Cidade, e Provincia, transformando em Cidadãos uteis a si, a ao Paiz [...]” (PARAÍBA, 1841, p. 30).

No relato citado observamos que a Casa dos Educandos Artífices tinha duas finalidades. A primeira era a caridade, prestando socorro público por meio de acolhimento, vestimenta e assistência religiosa a órfãos, desvalidos e pobres livres. A segunda era a participação desse colégio no processo de moldar esses sujeitos, que eram considerados vadios, vagabundos e bandidos por estarem ociosos nas ruas e, assim, transformá-los em cidadãos submissos ao imperador e às autoridades da província. Para tanto, entendemos que o ensino profissionalizante, a educação religiosa e a instrução primária oferecidos no colégio colaboraram diretamente para adaptá-los às regras de comportamento da sociedade e ao serviço prestado na província que estivessem inseridos.

As instituições de ensino profissionalizante eram confundidas, em razão do público que atendiam, com casas de acolhimento. Nesse sentido, Cunha (2000) em seus estudos, certifica que esses colégios também eram considerados entidades filantrópicas por acolherem principalmente os órfãos e os expostos (desvalidos). Por isso, o autor diz que as Casas dos Educandos Artífices foram socialmente conhecidas como obras de caridade.

Segundo Rizinni (2004), no ano em que o presidente do Pará resolveu fundar o estabelecimento, o prédio escolhido para a efetivação do Colégio de Educandos Artífices dessa província se encontrava em péssimas condições físicas e, por essa razão, requeria ajustes estruturais, para que as oficinas bem como as aulas e missas acontecessem. A escritora

⁸ Segundo Lima (2008), as províncias que fundaram o estabelecimento foram: Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas, Ceará, Amazonas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Goiás, São Paulo e Paraíba. Porém, nessa monografia consideramos apenas a do Pará e a da Paraíba por compreendermos que esta última tinha a primeira como referência principal para se organizar.

afirma que “o telhado encontrava-se arruinado, a ponto de chover em quase toda a parte, e as paredes estavam arrombadas em alguns lugares” (RIZINNI, 2004, p. 174).

De acordo com as percepções da referenciada autora, podemos perceber o relatório de Bernardo de Souza Franco, presidente da província do Pará, em 1841, ao tratar das altas despesas que o estabelecimento necessitou e apontar meios para a sua redução. Segundo o discurso do presidente, para diminuir as despesas não era necessário demitir os educandos que estavam servindo em obras públicas na província, mas promover o ensino e outras formas de organização para os ofícios, como, por exemplo, a inserção de aluno na instituição acima de doze anos de idade. Ao sugerir tal idade para os discípulos, ele argumenta que esta era a fase na qual esses sujeitos estavam aptos para aprender as principais oficinas, a saber: de carpinteiros, carpinas, marceneiros, polieiros, calafates, pedreiros, ferreiros e serralheiros.

Conquanto, verificamos que o documento da presidência servia também para informar a Corte acerca da situação do ensino profissional no território paraense. Então as justificativas e sugestões apresentadas pelo sujeito mostraram que houve um diálogo entre ele e o imperador a respeito do assunto para chegarem a um consenso quanto ao funcionamento do colégio. Dessa maneira, inferimos que o mesmo rigor de acompanhamento das finanças ocorreu em relação à instituição fundada na Paraíba.

O Colégio de Educandos Artífices da Paraíba foi criado pela Lei nº 6, de 1º de setembro de 1859, que aborda a autorização recebida pela Corte para a criação do estabelecimento, dos primeiros recursos que podiam ser cedidos pela presidência salva aprovação em assembleia, sobre os educandos aptos a ingressar e sobre a estrutura física do prédio. Vejamos:

Art. 1º – Fica o Presidente da Província autorizado a organizar nesta cidade uma escola de aprendizes artífices para os órfãos desvalidos e os filhos de pais pobres que se quiserem dedicar a esse aprendizado.

Art. 2º – Fica igualmente autorizado a confeccionar um regulamento apropriado à natureza do ensino e que sirva para direção interna do estabelecimento compreendendo o ensino de música dentro do mesmo.

Art. 3º – Será destinado para recolhimento dos aprendizes um edifício próprio que tenha os cômodos necessários.

Art. 4º – Para montar o estabelecimento poderá o Presidente desprender a quantia necessária, ficando dependente desta Assembléia.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário (PARAÍBA, 2004, p. 119).

A fundação do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba ocorreu em 1865. Porém, desde 1857, quando o vice-presidente de província, Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, o almejava. Relatou que, na Paraíba, os órfãos, os pobres livres e os desvalidos

estavam desamparados da assistência do Estado, porquanto esse público ainda dependia das doações de particulares e dos esforços dos juízes de órfãos. Nesse sentido, ele afirmou:

Em quase todas as províncias do Império existem estabelecimentos destinados para receber menores educandos artífices. Carecemos ainda desta vantagem. Esta prática é digna de ser imitada, posta a instituição nos termos dos nossos recursos financeiros (PARAÍBA, 1857, p. 18).

A fala ilustrada mostra que o emissor do discurso conhecia de forma macro a criação, fundação e funcionamento desse tipo de estabelecimento no âmbito nacional. Dessa forma, podemos perceber que a discussão sobre o estabelecimento antecedeu a lei que autorizou sua implantação. Segundo Cunha (2005)⁹, a manutenção financeira era de responsabilidade integral do Estado. Buscavam a formação profissional manufatureira e tinham como referencial para o funcionamento a disciplina aplicada no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, que preparava militares. Nesse sentido, o escritor certifica que o mais importante estabelecimento estatal que visava à preparação de força de trabalho para órfãos, pobres livres e desvalidos foi o Asilo de Meninos desvalidos do Rio de Janeiro. Diante disso, inferimos que essa instituição, ainda que reconhecida como relevante para o Império, e cuja criação deu-se em 1854, não serviu de exemplo para as demais que lhe antecederam em termos de fundação e funcionamento como, por exemplo, o Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba.

No ano de criação lei da Casa dos Educandos Artífices da Paraíba, o imperador visitou a província. Mello (1994) certifica que, em 1859, Pedro II visitou a província e verificou que ela estava em estado deplorável e que, economicamente, faltavam recursos para manter o lugar. Nesse contexto, o autor descreveu que as instituições, como escolas, igrejas, cadeias, cemitérios e quartéis, foram afetadas pela situação precária que se encontravam, chegando a faltar azeite na lamparina para iluminar a província. De acordo com Mello (1994, p. 113), em função da crise do algodão, “diversos governos não hesitaram em fechar instituições de ensino inclusive na capital.” A Paraíba, como uma província pobre, apresentava, em seu espaço urbano, crianças órfãs, desvalidas e filhas de livres pobres, que, antes do estabelecimento dos educandos artífices, em parte estavam em casas de acolhimento, como a Santa Casa da Misericórdia ou nas ruas e nas praças. Segundo Lima (2008), a rua era o lugar da vadiagem e incomodava a paisagem urbana da elite.

⁹ Cunha, Antonio Luiz. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. Unesp. Brasília DF, 2000. Nesse livro tem um quadro que informa o ano de fundação de cada Colégio de Educandos Artífices no Brasil.

Mattos (1987), ao discorrer sobre o lugar dos homens pobres livres, relata que eles surgiram no período colonial de maneira crescente e no período imperial tornaram-se uma população dispersa pelo território brasileiro. Por isso, começaram a ter visibilidade social. O autor diz que eles causavam desordem social, pois não estavam inseridos nos dois mundos que regiam o país, que era o mundo do trabalho e o do governo. Assim, houve necessidade de ordenar a sociedade, de modo que, no contexto do Império, essa organização deveria levar os aprendizes à profissionalização em ofícios¹⁰.

O ano de 1865 teve como marco dois acontecimentos: a fundação da instituição e a concretização da compra do local de funcionamento. O relatório do presidente desse período descreve os valores investidos no Sítio Cruz do Peixe e os detalha: “Collocada em bella situação, e correndo-lhe proximo um regado de excelente agua potavel, essa propriedade, que custou a Provincia 7:200\$000 rs., é sem contestação preferível a qualquer outra desta cidade, e presta-se vantajosamente ao fim, a que é destinada”. (PARAÍBA, 1865, p. 17).

A exposição do contexto de criação do estabelecimento, o relato do presidente no ano de 1857 e a efetivação da adesão do Sítio Cruz do Peixe e da regulamentação que autoriza a instalação do colégio na Paraíba não significaram que os educandos começaram a frequentar as atividades em sequência, mas nos permite compreender os problemas sociais e a relevância da prestação de contas da compra do local à Corte.

Ainda em 1865, o presidente providenciou o regulamento e encaminhou para Corte, que, por sua vez, enviou a confirmação do recebimento por ofício, como pode ser visto a seguir:

Rio de Janeiro ministério dos negócios do imperio em 15 de fevereiro de 1866.

Ilm Srº

Acuso do recebimento de 10 exemplares do regulamento para o Collegio de Educandos Artífices dessa Provincia os quais acompanharam o officio de V. Excia de 19 do mês passado.

Deus vos guarde

(Corroído)

Presidente da Provincia da Paraiba (PARAHYBA DO NORTE, PROVINCIA DA, 1866 s/p)¹¹.

Ao identificarmos o comunicado do encaminhamento da documentação que organizou todo o estabelecimento, supomos que ele também se utilizava desse mecanismo de controle para prestar contas da situação financeira da província ao imperador, já que o artigo 10 do Ato Adicional de 1834 determinou que competia aos presidentes de província a responsabilidade

¹⁰ Ressaltamos que, nos relatórios dos presidentes de província, já existia o ensino primário para a camada popular desprovida de recursos financeiros para sua sustentabilidade, mas não se tinha, até 1859, um projeto de lei que tratasse sobre a profissionalização dos educandos pobres livres, órfãos e desvalidos.

¹¹ Documento manuscrito. CX.48. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. Funesec.

de gerir e financiar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral” (BRASIL, 1834, p. 1). Desse modo, compreendemos que a instrução pública primária, secundária e o ensino técnico profissional estavam contemplados na deliberação da lei citada. Todavia, para Mattos (1987, p. 137), “o Ato Adicional acaba por tornar legítimas a desigualdades no interior do povo”, ou seja, ao passo que estabelece poderes aos presidentes de província, colaborou para que governo conservador prevalecesse, uma vez que esses sujeitos eram nomeados pelo imperador.

A organização da instituição, no regulamento, se dava por eixos que tratavam de todos os espaços e das ocupações de cada pessoa que estivesse envolvida no serviço ao colégio. Dessa feita, de acordo com o artigo 1º do Regulamento nº7, de 1865, esse tinha por finalidade “recolher, educar e instruir os meninos pobres e desvalidos da Paraíba.” Nesse sentido, o Relatório (1865, p. 17-18), afirmou que:

Ninguém contesta a conveniencia do estabelecimento de uma da Casa de Educandos Artista nesta capital.
Abonada pelo exemplo de outras Provincias em que se acha admitida, essa insituição utilíssima sera um complemento da Santa Casa de Misericordia pelo lado da caridade ao mesmo tempo que preenche uma lacuna do ensino Publico da provincia [...] (PARAÍBA, 1865, p. 17-18, grifos nossos).

O relato de Felisardo Toscano de Brito reforça a relevância do colégio para a Paraíba, além de reafirmar o que estava determinado no regulamento. Quanto ao perfil dos educandos, órfãos eram considerados os que estivessem nas condições do regulamento, a saber:

1º Os órfãos, que por não terem quem se incumba de sua educação, estiverem no caso de ser dados á soldados pelos respectivos juizes.
2º Os filhos naturais de mulheres desvalidas
3º Os que tiveram pai, não podendo este por sua pobreza dar-lhe educação e instrução conveniente. (PARAÍBA, 2004, p. 120).

Para serem aceitos como educandos, as crianças deviam estar entre seis e doze anos de idade. Porém, constatamos uma ressalva interessante no regulamento, quando impõe a faixa etária, a questão da limitação da liberdade de governo da casa quando os pais não controlassem seus filhos dentro do lar. Assim, se os menores estivessem nas ruas, o juiz de órfãos representante do Estado podia recolher para o Colégio de Educandos Artífices da Paraíba as crianças ociosas, em situação de vulnerabilidade social.

Entretanto, apreendemos que essas imposições eram tentativas de inibir possíveis revoltas, já que a Paraíba vivenciava um momento crucial de precarização financeira, que refletiu principalmente nas esferas da educação, da instrução pública e da saúde.

O Regulamento 7, do estabelecimento, na Paraíba, estabeleceu que os recursos provenientes dos ofícios serviam para as necessidades de manutenção do colégio. “Essas oficinas têm por fim não só o ensino e aperfeiçoamento dos educandos, como também o aumento dos recursos do estabelecimento por meio da venda de seus produtos” (PARAÍBA, 2004, p. 120).

Sabemos que, no período imperial, a administração da instrução pública da Paraíba era compartilhada, ou seja, o diretor da instrução pública tanto era assessorado em seu trabalho de fiscalização pelo comissário da instrução pública como prestava contas de seu trabalho ao presidente. Já no estabelecimento estudado, esse sujeito partilhava seu serviço com o Conselho Administrativo, que era composto por ele, o diretor institucional local e o inspetor do tesouro provincial. Sobre os funcionários internos, o regulamento determinou nos artigos 8º e 12º do Regulamento nº 7, de 6 de dezembro de 1865:

- Um Diretor;
- Um Secretário que também acumularia o cargo de Professor da Instrução Primária;
- Um Porteiro;
- Um Médico;
- Um Mestre de Música;
- Um Mestre de Ofício;
- Um Cozinheiro.
- Um servente (PARAÍBA, 1865).

A contratação do pessoal se efetivou, paulatinamente, nos primeiros meses, após a inauguração do Colégio, ocorrida em 27 de setembro de 1866. Esses colaboradores tiveram suas funções descritas no documento ilustrado de maneira singular. Constatamos que as determinações das funções foram exercidas, nesse espaço de treinamento de pobres livres, órfãos e desvalidos. O relatório do diretor Padre Joaquim Victor Pereira, em 1867, certifica isso, e, ainda vimos coerência com o regulamento em relação às quantias pagas aos servidores, como consta na tabela de vencimentos apresentada no regulamento. Vejamos:

O pessoal do Collegio, segundo a letra do seu regulamento, actualmente consta de um diretor que é também é Thesoureiro e Capellão com o ordenado de 1:500\$000 rs, um Secretário que também é Professor e vence 1:000\$000 rs de ordenado, um Porteiro que accumula as fucções de mordomo e dispenseiro, &c... com 600\$000rs.annuais, um medico que tem gratificação de 240\$000 rs., um mestre de musica com ordenado de 250\$000 rs., dous mestres de oficinas com 300\$ rs. cada um dous serventes e suas cozinheiras percebendo cada um 800\$ rs diarios. (PARAÍBA, 1867, p. 8).

Todavia, não houve coerência entre o determinado e o executado quando se tratou das oficinas. O Regulamento 7, no artigo 46, estabeleceu as respectivas oficinas: sapateiro, ferreiro, marceneiro, serralheiro e torneiro. Embora a lei determinasse que deveriam haver cinco oficinas em funcionamento, o relatório do diretor, em 1867, relevou que apenas duas (a de sapateiro e a de alfaiate) funcionaram nos primeiros anos do estabelecimento, mas que naquele momento o gestor sentia a necessidade de implantar mais duas, a de ferreiro e a de marceneiro, para ajudar na agricultura. Com essa informação, confirmamos que se diferenciaram das oferecidas no Colégio de Educandos Artífices do Pará, mencionadas anteriormente nesse trabalho. Desta feita, concordamos com Rizinni (2004) quando ressalta que cada província implantou as oficinas de acordo com suas necessidades e que, por sua vez, eram implantadas progressivamente.

4.2 Cartas do jornal *O Publicador*: o papel do diretor do Colégio dos Educandos Artífices

Neste subponto, analisaremos as cartas destinadas ao diretor do Colégio dos Educandos da Paraíba, por entendermos que, no século dezenove, os cargos administrativos das províncias eram escolhidos estrategicamente para que os interesses da província e da Corte fossem preservados. Além disso, consideramos a relevância da administração dessa instituição para o local, uma vez que ela treinava trabalhadores para os serviços manufatureiros, em um momento em que a Paraíba estava em transição da mão-de-obra escrava para os trabalhadores livres. Dessa forma, entendemos que dar visibilidade a esse cargo administrativo é contar uma parte significativa da História da Educação da Paraíba.

As epístolas destinadas ao diretor da Casa dos Educandos Artífices da Paraíba, publicadas no jornal *O Publicador*, em relação ao conteúdo, contemplaram assuntos distintos e trataram principalmente dos pagamentos dos trabalhadores e de despesas concernentes à obra de reforma/construção do colégio. No entanto, verificamos outros assuntos como: livros para registro financeiro do colégio, entrega da quantia que constava no orçamento da Casa dos Educandos, ajustes de contas, fiança requerida do diretor do colégio e licença do diretor.

Para ocupar o cargo de diretor do Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba era necessário ser nomeado pelo presidente de província. Essa informação pode ser constada no relatório desse sujeito, no ano de 1867, em que o diretor do Colégio dos Educandos foi nomeado pelo presidente da província. Porém, conforme o Regulamento da Casa de

Educandos Artífices, no artigo 14, determinou-se que, para ser escolhido, o diretor deveria ser padre. Vejamos:

O Diretor, que deve ser de preferência um Sacerdote, é a primeira autoridade do estabelecimento, e reside no Colégio. Todos os empregados lhe devem respeito e obediência, e perante o Presidente da Província é ele o único responsável pela prosperidade e pela representação do estabelecimento. (PARAÍBA, 2004, p. 122, grifos nossos).

Diante do referido regulamento, observamos que não esteve explícito no documento que o diretor do Colégio dos Educandos era nomeado pelo presidente de província, ao passo que o artigo determinou que ele tinha autoridade sobre a instituição bem como seus servidores. A nomeação para o cargo citado se tornou possível depois do projeto de lei chamado Ato Adicional de 1834, que determinava que o presidente da província era responsável pela nomeação de sujeitos para ocuparem os cargos públicos, uma vez que esse documento lhe possibilitou autonomia limitada¹² para governar sobre o ensino primário, secundário e profissional.

Destacamos que, no artigo 14, havia dois pré-requisitos para que um sujeito fosse nomeado para a direção do Colégio de Ofícios, quais sejam: o primeiro era que esse, preferencialmente, deveria ser sacerdote e o segundo, que tinha que residir no estabelecimento de ensino. Segundo Cunha (2000), a escolha por padres à frente de instituições escolares ocorria porque estes tinham sólida formação intelectual. Quanto à residência no colégio, entendemos que era necessária, pois, conforme afirmou o diretor do colégio, em seu relatório (1867, p. 2), existia “uma grande distância do sítio onde é collocado o collegio”.

Observamos que, pelo regulamento do Colégio, o diretor administrava-o em parceria com os outros servidores da província, como consta no artigo oito, tendo em vista que “a administração do Colégio fica a cargo de um Diretor e de um Conselho Administrativo, que será composto do mesmo Diretor, do Diretor da Instrução Pública, e do Procurador Fiscal da Fazenda Provincial” (PARAÍBA, 2004, p. 120). Segundo determinou o artigo dez do regulamento, deveriam reunir-se, mensalmente, no terceiro dia útil de cada mês e que a

¹² Usamos a expressão autonomia limitada, porque o ato de 1834 foi uma autorização do imperador para reformar a Constituição do Império, nos termos da Carta de Lei, de 12 de outubro de 1832, concedendo às assembleias legislativas provinciais autonomia para legislar sobre a província. Esta era presidida por cada presidente de província. A ele cabia, depois do ato, legislar e criar leis, decretos e regulamentos para ordenar a província como todo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

fiscalização do trabalho do diretor Joaquim Victor Pereira contava com a direção da instrução pública e do Procurador Fiscal da Fazenda Provincial.

Ao Diretor da Instrução Pública competiam as seguintes responsabilidades: inspecionar os estabelecimentos de instrução, as aulas públicas, os professores; regular o ensino público nacional, por meio do acompanhamento e proposição de suas cadeiras, matérias, métodos, compêndios e regulamentos da instrução. Além dessas atividades, ele deveria “informar ao governo, sobre a conduta dos empregados da instrução, por meio de relatório ao presidente, bem como indicar as medidas coercitivas quando necessárias”. (PARAÍBA, 1865, p. 20). De acordo com a legislação apresentada, afirmamos que esse sujeito no conselho administrativo verificava as condições e o funcionamento do Colégio dos Educandos Artífices, a partir do trabalho do diretor.

O cargo de Procurador Fiscal da Fazenda Provincial aparece na Lei de 4 de outubro de 1831, que impunha que esse servidor tinha como função:

Art. 20. Compete ao Procurador Fiscal: § 1º Interpôr o seu parecer, por escripto, sobre todos os negocios do Tribunal, que versarem sobre objecto de execução de Lei. § 2º Promover o contencioso da Fazenda Publica, fiscalizando as execuções della, indicando os meios legaes para compellir os devedores remissos, e representando ao Tribunal a negligencia dos Juizes encarregados das mesmas execuções. § 3º Propôr ao Tribunal todas as medidas, que entender necessarias para o melhoramento da administração, arrecadação, distribuição, e fiscalização das rendas publicas, e bens da nação. (BRASIL, 1831, p. 103).

Observamos que a presença do Procurador Fiscal da Fazenda Provincial no conselho administrativo do colégio era necessária porque a presidência exigia controle sobre os recursos que as oficinas geravam e sobre os recursos enviados para o colégio. Ele, conjuntamente com o diretor, controlava as entradas e as saídas financeiras. Sobre a fiscalização do Padre Joaquim Victor Pereira, o artigo 17 certifica que este controlava tanto os recursos enviados pela presidência como os das oficinas. Assim, havia duas esferas de fiscalização financeira no tocante ao serviço do diretor da Casa dos Educandos Artífices: o procurador e a direção da instrução pública. Além do controle de seus superiores, já referenciado, vimos que ele era responsável pelo acompanhamento da estrutura física do estabelecimento, sua construção/reforma e supervisão dos funcionários, sendo eles: mestre de música, mestre de ofícios, secretários, professores, porteiros, médicos, cozinheiros e serventes.

Constatamos que, a partir de 1865, era comum haver notícias, por meio de cartas, no jornal *O Publicador*, sobre a construção e reforma do estabelecimento. Em 15 de dezembro de

1865, divulgou-se uma epístola sobre a compra do Sítio Cruz de Peixe, que sediou o Colégio dos Educandos Artífices. A carta informou o leitor a respeito das obras de reforma e construção pelas quais passou o respectivo estabelecimento. Vejamos uma das cartas:

– Idem ao padre Joaquim Victor Pereira. Achando-se Vmc. Nomeado, por portaria de hoje, diretor do collegio de educandos artífices creado em virtude da lei provincial n.6 do 1º de setembro de 1859, recomendo-lhe que promova quanto antes as acomodações e obras precisas na casa do sitio Cruz do Peixe onde deve o mesmo collegio ser estabelecido, e para o que receberá do inspector do thesouro as respectivas chaves; ficando entretanto prevenido de que pode requisitar ao comandante do corpo de policial provisório uma praça para vigiar o estabelecimento a seu cargo.
Comunicou-se ao thesouro e ao corpo policial provisório. (O PUBLICADOR, 1865, p. 2, grifos nossos).

Identificamos pelo conteúdo da carta que, possivelmente, o signatário foi o presidente de província da Paraíba, à época o Senhor Toscano de Brito, que, dentre suas funções, tinha a responsabilidade de administrar a instrução em suas distintas esferas de realização e espaços de funcionamento. Na mensagem, notamos que a fundação do colégio não significava que o funcionamento das oficinas e das aulas de ensino primário acontecia naquele momento, mas que, para que essas funcionassem, era preciso a realização de obras de construção/reforma que melhorassem a estrutura física.

Tal situação deu visibilidade a uma das atribuições do sacerdote Joaquim Victor Pereira, que era responsável pela ordem, disciplina e funcionamento do colégio como um todo (PARAÍBA, 1865, p. 122). Entretanto para dar seguimento ao trabalho, o gestor relatou ao presidente as condições precárias em que se encontrava o prédio. Em seu relatório de 1867, mostra-nos que recebeu a autorização dele para iniciar a obra.

O edificio destinado para nelle ser estabelecido este collegio, além de velho e arruinado, pouco ou nenhuma capacidade offerecia para um estabelecimento de tal natureza. Pelo que, autorizando-me a portaria de minha nomeação a proceder as acomodações necessarias em ordem á servir ao fim que lhe dado, passei immediatamente a promover edificação, que é um pequeno sobrado situado no lugar denominado– Cruz do Peixe– Este edificio assim acrescentado e reconstrido pode presta-se aos comodos de um pequeno numero de educandos. (PARAÍBA, 1867, p. 1-2, grifos nossos).

Na carta mencionada, constatamos a utilização dos vocativos “ao padre Joaquim Victor Pereira”, “ao inspector do thesouro” e “ao corpo policial provisório”. Nesse sentido, Sena (2014) certifica que houve, por parte dos signatários que divulgaram cartas nos jornais dos oitocentos, a utilização dessas particularidades de escrita para marcar exclusividade dos receptores da mensagem. Essa tática era a utilização desses fragmentos de modo explícito na

narrativa. Portanto, essas estratégias apresentavam os destinatários e, conjuntamente, informavam o leitor do jornal *O Publicador* sobre os escritos de administradores públicos que resolveram questões da instrução pública na Casa de Educandos Artífices da Paraíba.

Logo, concluímos que o emissor da carta não pretendia detalhar informações sobre a construção/reforma, mas dar ordem para que fosse iniciada. Contudo, observamos que, ao ordenar, a direção do colégio também solicitou o cumprimento da sua função de coordená-la. Dessa forma, constatamos que o exercício desse cargo antecede o funcionamento formal do estabelecimento, já que, no relatório de 1867, consta que sua nomeação aconteceu em 12 de dezembro de 1865, enquanto a carta foi publicada no dia 15 desse mês. Nesse sentido, Foucault (1999) afirma que não há discursos neutros, pois todo ele busca incutir no leitor verdades a respeito dos assuntos que abordam. Na epístola analisada, conferimos que, ao ordenar ao diretor, o presidente teve a pretensão de reafirmar o seu poder sobre o cargo exercido pelo padre Joaquim Victor Pereira.

No ano de 1866, outras cartas transmitiram informações acerca do acompanhamento do trabalho do diretor em relação à obra executada. Essas descreveram como aconteceu o processo de liberação de renda para a dita reforma. Por sua vez, tiveram em comum o signatário. Vejamos:

– Ao mesmo. – Tendo o director do collegio de educandos artifices desta capital, padre Joaquim Victor Pereira, comprado dez milheiros de tijolos de alvenaria para as obras que ali se vão fazer, pelo preço de 14\$000 cada milheiro, determo á Vmc. que lhe mande pagar a importancia de semalhante despeza como a da conducção dos ditos tijolos, a rasão de 12\$000 cada milheiro.

Communicou-se ao director do collegio dos educandos artifices. (O PUBLICADOR, 1866, p.1, grifos nossos).

– Idem ao mesmo. – Em vista da inclusa conta mande Vmc. pagar ao director do collegio de educandos artifices, padre Joquim Victor Pereira, a quantia de 164\$00rs. Por elle despendida com a compra de materiais para obras do mesmo collegio, fazendo outrossim adiantar-lhe com semalhante destino de 500\$00. De que deverá elle presta conta opportunamente nessa repartição.

Fez se a precisa communicação. (O PUBLICADOR, 1866, p. 2, grifos nossos).

Observamos que as cartas citadas apresentaram em seus conteúdos aspectos semelhantes, pois as duas epístolas estavam destinadas ao padre Joaquim Victor Pereira, que exercia a função de diretor, tesoureiro do colégio, sacerdote e, quando necessário, substituíu o secretário da instituição, como determinou o Regulamento 7, de 1865, no eixo da função do diretor. Destacamos que a nossa interpretação quanto à substituição no cargo de secretário dá-se em função da determinação do artigo 20, §1º, que versa acerca da função de secretário e ordena que o diretor, se preciso fosse, exerceria essa função.

As epístolas mostraram que houve uma solicitação de réis pelo gestor do Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba para que a obra seguisse. Dessa maneira, vimos que a mensagem legitimou o exercício dele em relação à gestão dos recursos destinados a instituição. Entretanto, não se revelou na mensagem como era feita a prestação de contas ordenada na última carta. Contudo, esse acompanhamento das finanças pelo presidente requeria do padre Joaquim Victor Pereira o cumprimento da sua função de inspetor, que o regulamento, no artigo 14, determinou:

- 1º) Receber e ter sob suas guarda todo o dinheiro do mesmo estabelecimento.
- 2º) Pagar todas as contas salários e ordenados dos empregados depois de competentemente autorizado pelo Conselho Administrativo
- 3º) Apresentar ao Conselho Administrativo na sessão ordinária de cada mês o balanço do caixa a seu cargo no mês anterior. (PARAÍBA, 2004, p. 123).

Inferimos com isso que houve silêncio no suporte público (*O Publicador*) quanto aos pormenores dos valores das ditas contas. De acordo com Le Goff (2003), ao discorrer acerca dos registros de memórias, “os esquecimentos e silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Nessa perspectiva, diante das mensagens das cartas, entendemos que esses silêncios não estavam apenas na memória marcada pela oralidade, como propõe o estudioso, pois as memórias escritas epistolares, por serem ordenadas, pressupõem uma dualidade entre o dito e o silenciado.

No entanto, percebemos que, nos documentos que circulavam entre o gestor, conselho e presidente da província, os esclarecimentos dos gastos anunciados são descritos em relatório e ofício manuscrito. No relatório de 1867, identificamos que ele prestava conta detalhadamente da sua administração de recursos de 1866 e, ao tratar das despesas com a obra, afirmou:

Devo tambem advertir que nesta somma de despeza vão compreendidas algumas pequenas quantias ainda relativas a obra que se fez com o Collegio no anno passado, as quaes não tendo sido satisfeitas no tempo em que erão pelo Thesouto, depois do estabelecimento deta repartição, forão pagas por ella; assim como tambem que nella vão incluidas outras despesas feitas com o troto e conservação do cercado e pomar. (RELATÓRIO, 1867, p. 2).

Observamos que uma outra forma de prestação de contas do dinheiro do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba ocorreu por encaminhamento de ofício manuscrito, que informava a presidência sobre as despesas de materiais necessárias ao andamento da obra.

Passo ás mãos de V. Ex.^a a conta junta da despesa feita com o material da obra do Collegio d'educandos artifices, na semana q. passou, afim de q V. Ex.^a se assim mandar satisfazer a sua importancia. D^o J^o a V. Ex.^a (ilegível). Il.^{mo} e Ex^{mo} Sr. D.^{or}Felisardo Toscano de Britto (ilegível)Presidente da província (PARAHYBA DO NORTE, PROVINCIA DA, 1866 s/p. 13)

As cartas ilustradas no jornal do ano pesquisado apresentaram um vestígio discursivo comum à época, o vocativo “ao mesmo”, normalmente utilizado quando em uma seção existia mais de uma epístola destinada a um único sujeito, por exemplo, na seção oficial em que as citadas cartas se encontravam. Existiam outras cartas, que abordavam conteúdos diferentes, como consentimento para ocupação de cadeira em ensino primário, direito a vitalidade de professor, licença de professor, entre outros. Por isso, observamos, primeiramente, que esse recurso da escrita permitiu verificar um indício de como ocorria a interação profissional do gestor da instituição com o inspetor do tesouro provincial signatário dessas epístolas. Por conseguinte, percebemos o papel do jornalista/editor que adaptava os discursos das páginas dos jornais. A respeito do assunto, Lustosa (2000) testifica que o papel dele se confundia com o de escritor, já que tais sujeitos também poderiam publicar nos jornais seus discursos.

Dessa forma, compreendemos, a partir de Chartier (1999), ao discorrer sobre a materialidade dos livros e suportes de transferência de textos, que os autores não escreveram livros e, sim, textos. Pelas inferências apresentadas, deduzimos que os signatários das cartas escreveram mensagens para atender a configuração desse gênero do discurso, porém essas eram adaptadas pelo editor que considerava as limitações impostas pelas tipografias. Contudo, esse profissional tinha como função adaptá-la ao suporte. Vejamos as suas considerações:

[...] deve-se lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge o seu leitor. Daí a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressora. CHARTIER, 1999, p. 17).

Conforme o autor e os conteúdos das cartas, concluímos que as competências do diretor eram conhecidas pelos signatários, editores, outros destinatários e leitores a quem as epístolas comunicavam. Observamos que, além das relações do diretor com os componentes do conselho administrativo, outras repartições públicas (tesouro provincial e quarto batalhão)

¹³ Documento manuscrito. CX.48. Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. Funesec.

também resolviam questões com a direção do estabelecimento a respeito de sua administração.

Outro tipo de inspeção de finanças requerida ao diretor se revelou nas epístolas referentes ao controle dos pagamentos dos profissionais subordinados a ele no jornal *O Publicador*. Como pode ser verificado a seguir:

– Idem ao director do collegio de educandos artifices. – De ordem do Exm. Sr. vice-presidente da província dou conhecimento á V.S. de que foi enviada á repartição competente, para ser paga a folha dos trabalhadores na obra do collegio de educandos artifices, que V.S. remetto ao mesmo Exm. Sr. com o seu officio de hoje. (O PUBLICADOR, 1866, p.2, grifos nossos).

– Idem ao director do collegio de educandos artifices. – Para sua intelligencia, e fins convenientes communico a V. S. de ordem do Exm. Sr. vice-presidente, que se mandou pagar pelo tesouro provincial as folhas remetidas ao mesmo Ex. Sr. com o seu officio de hoje, das despesas feitas com a obra do collegio de educandos artifices, e cercado (legível) (O PUBLICADOR, 1866, p. 1, grifos nossos).

Os discursos epistolares demonstraram outra possibilidade de acompanhamento do serviço da direção do estabelecimento concernente às rendas do colégio, para a efetivação dos pagamentos de trabalhadores da construção/reforma. Observamos que um dos deveres enquanto administrador financeiro era encaminhar, por ofício, ao inspetor do tesouro as folhas de pagamentos dos servidores. No relatório (1867), ele descreveu o destino das finanças e afirmou que se sentia honrado em ocupar tal cargo público. Dessa forma, compreendemos que não existia apenas a importância do exercício do cargo, mas o estar na administração do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba. Isso foi entendido pelo diretor como privilégio concedido, de representar a província quando nomeado pelo presidente.

Nessa perspectiva, as epístolas trocadas remetem a uma comunicação que antecede o suporte de publicação, ou seja, elas foram instrumentos que facilitaram a troca de ideias de um grupo de intelectuais e “pelas cartas trocadas [...] se percebe a organização de um grupo em torno de certos indivíduos que desempenham papel central a partir de um projeto ou objetivo comum” (MALATIAN, 2009, p. 208).

Quanto à prestação de contas de pagamentos de empregados da obra/reforma mencionada nas cartas, vimos que o diretor devia enviar mensalmente – como determinou o artigo 17 do regulamento do colégio – um balanço de caixa onde constavam todas as despesas, inclusive com os trabalhadores.

Frente à responsabilidade imposta, podemos notar que a emissão do balanço devia acontecer mensalmente, pois interessava à direção da instrução pública bem como ao presidente de província tomar conhecimento dos dispêndios com o estabelecimento. Todavia,

observamos que a gestão relatou que o conselho administrativo, dentre suas funções, decidia e aprovava em reunião sobre as necessidades apontadas por Joaquim Victor Pereira. A respeito dos recursos, expressou que se achava limitado por não poder tomar nenhuma decisão sem que essa transitasse pelo órgão superior que lhe fiscalizava. Vejamos:

Exercendo o Conselho Administrativo, nas menores cousas relativas á marcha ordinária do estabelecimento, uma autoridade immediata e superior a do Director , ao ponto de não poder este deliberar sobre emergencia não prevista que ocorra no estabelecimento sem autorização do dito Conselho , é evidente que essa dependia muitos emparaços deve trazer ao Director do Collegio , a quem , por força de suas importantes atribuições, devêra competir, em taes casos, a iniciativa de prontas medidas em ordem a remediar qualquer embaraço á bem da bôa marcha do seviço e do desenvolvimento e prosperidade da instituição. (PARAÍBA, 1867, p. 3, grifos nossos).

Diante do exposto, as cartas acima referenciadas sinalizaram o cumprimento da função do diretor quanto aos pagamentos de servidores, porém não detalharam como a direção do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba descrevia os gastos no caixa. Destarte, encontramos nos anexos do relatório (1867) da instituição, informações que confirmaram que o gestor descrevia para quais fins se utilizava o dinheiro da instituição.

FIGURA 2 – Balanço de despesas feito por Joaquim Victor Pereira

**Balanço do Collegio de Educandos Artifices da Parahyba
de Novembro e Dezembro de**

RECEITA.		
Subvenção do Thesouro Provincial.....	11:010\$270	
Rendimento das officinas.....	148\$340	
Dito do cercado e pomar.....	257\$980	
Somma.....		11:416\$590

do Norte do anno de 1867 comprehendendo os mezes
1866, epocha de sua installação

DESPEZA.		
Vencimentos dos empregados		
1 Director.....	1:750\$000	
1 Secretario e Professor.....	1:147\$845	
1 Porteiro.....	700\$000	
1 Medico.....	280\$000	
1 Mestre de musica.....	288\$884	4:166\$729
Officinas		
1 Mestre de alfaiate.....	349\$000	
1 Dito de sapateiro.....	350\$000	
Objectos e utensilios.....	135\$600	834\$600
Educandos		
Alimentação.....	2:483\$010	
Vestuario.....	749\$810	
Medicamentos.....	20\$140	
Lavagem, conserto de roupa e engomado.....	254\$900	3:507\$860
Secretaria		
Papel pennas e outros generos de expediente....	53\$480	53\$480
Antas		
Compendio e outros artigos para a de 1. ^a letras	37\$600	
Objectos diversos para a de musica.....	17\$760	
Compra de instrumentos de musica.....	768\$340	823\$700
Despezas diversas		
Salarios dos serventes e cosinheiro.....	1:008\$600	
Gratificação ao barbeiro.....	57\$440	
Idem aos mestres de officinas pelos seus lucros sobre o rendimento das mesmas.....	11\$740	
Iluminação.....	156\$360	
Compra de um ornamento.....	40\$000	
Compra de moveis e utensilios.....	164\$240	
Publicação de annuncios.....	5\$000	
Limpa e reparos do cercado.....	155\$040	
Objectos de cozinha.....	127\$340	
Despezas miudas.....	140\$300	
Factura de um forno.....	8\$000	
Concerto na cacimba.....	23\$380	1:897\$440
		11:283\$809
Saldo que passou para o anno de 1868....		132\$784
	Rs.....	11:416\$590

Fonte: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>

De acordo com o documento citado no ano de mil oitocentos e sessenta e seis, o diretor informou, por meio de balanço à presidência, para aonde foram as finanças do estabelecimento no período inicial da construção/reforma. Nas informações transmitidas à presidência, constatamos que a expressão “compreendendo os meses” confirma que por um tempo não houve reunião mensal do conselho, e, por isso, certamente a informação servia para justificar o montante apresentado.

Frequentemente confirmamos nas cartas a presença de destinatários. Nesse sentido, vimos que essa prática indicou que houve troca de informações entre pessoas diversas. Segundo Malatian (2009), as cartas são relevantes porque mostraram como intelectuais trocavam ideias de um projeto comum. Na carta publicada em 13 de março de 1866, emitida pelo presidente de província, é possível encontrar a função do diretor mesmo com a ausência do seu nome e cargo no discurso.

– Idem ao commandante superior interino da capital. Achando-se actualmente empregados, como officiaes de pedreiro nas obras do edificio do collegio de educandos artifices os guardas nacionais do 4.º batalhão desse commando superior Joaquim Francisco dos Santos, e Vicente Nunes, que acabam de ser designados para o serviço do destacamento desta capital ; determino a V. S. que dê suas ordens para os fazer dispensar do dito serviço em atenção não só á urgente necessidade, que ha de prompto acabamento do mencionado edificio, como a terem eles regressado do destacamento em janeiro do corrente anno, segundo sou informado. Fez-se a necessária communicação. (O PUBLICADOR, 1866, p. 1, grifos nossos).

Na ordem transmitida pelo discurso epistolar houve dois destinatários: um explícito (o comandante do 4º batalhão) e outro implícito (o diretor investigado). Nessa mesma direção, Gomez (2002, p. 23) atesta que “de um modo ou de outro, as cartas levam implícita a presença de um destinatário, de um leitor que dizer, a imaginação do tu leitor por parte do eu autor[...]”. No entanto, podemos conferir que, comumente, essas práticas aconteciam entre aqueles que eram gestores públicos da Paraíba. Nesse sentido, Fonseca (2006), ao discutir sobre cartas administrativas, certifica que os sujeitos inseridos em cargos administrativos se comunicavam pelas mensagens delas.

Quanto à responsabilidade de acompanhar a construção/reforma do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, o discurso referenciado mencionou o adiantamento dessa obra. Provavelmente um dos motivos da ênfase para a finalização das obras se dava pela necessidade latente de inserir os educandos na instrução primária. Essa informação foi observada nos relatórios do diretor da instrução, em 1861, e dos presidentes da província da Paraíba, nos anos de 1860 a 1863.

O relatório de 1861, do Diretor da Instrução Pública Manoel Pofirio Aranha, ao relatar as dificuldades que enfrentava para organizar a instrução primária, informou que o número da população livre naquele ano era superior ao das pessoas que estavam inseridas no ensino primário:

A população livre da Provincia é seguramente superior a duzentas mil almas e dado o numero de cadeiras da instrucção primaria actualmente creadas, temos quando muito uma cadeira para quatro mil almas, ou segundo uma das leis estatisticas 1.333 meninos para cada cadeira. (PARAÍBA, 1861, p. 3).

As observações feitas apontaram a necessidade de instruir parte da população, que estava desprovida de instrução pública primária. Nesse sentido, o presidente Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, no ano de 1862, também utilizava os respectivos dados para mostrar como a situação da instrução dos pobres livres, órfãos e desvalidos estava precária.

O discurso de precariedade perpassou os anos de 1860 a 1862 e no relatório de 1863, do presidente de província da Paraíba Sinval Odorio de Moura, ao abordar a lei de instrução pública, relatou ao imperador que ela estava “defeituosa e cheia de lacunas, a actual lei organica da instrucção publica urge instantaneamente por uma reforma profunda e radical”. (PARAÍBA, 1863, p. 9). Pelas informações e dados descritos, entendemos que o trabalho da direção do Colégio dos Educandos Artífices da Paraíba, na pessoa de Joaquim Victor Pereira, colaborou ainda que, minimamente, para diminuir as estatísticas¹⁴.

As cartas analisadas, até o presente momento, objetivaram ordenar ao diretor. Assim, os produtores desses conteúdos seguiam as regras estabelecidas pelo manual de escrever cartas o *Novo Secretário Português*, de José Ignácio Roquette (1860), que entende a produção epistolar como erudita e, por essa razão, sua escrita deve se mostrar organizada para todas as finalidades. As mensagens de ordem, escritas para a gestão da instituição, seguiram as indicações do respectivo manual. Só podiam ser emitidas por sujeitos ligados à administração da província, instrução pública e outros administradores autorizados pelo presidente. Por esse motivo deviam ser objetivas, em termos do que se pretendia, e persuasivas em sua mensagem. Logo, apreendemos que o leitor do jornal *O Publicador* percebia essa escrita ordenada e certamente a conhecia, visto que o diretor do Colégio dos Educandos Artífices também podia ser um escrevedor de cartas.

O grupo de cartas analisadas foi da tipologia ordem que, segundo Roquette (1860), buscava determinar algo a alguém. No caso das epístolas estudadas, as ordens primaram por

¹⁴ Usamos o termo minimamente por entendermos que o Colégio de Educandos Artífices da Paraíba não apresentava estrutura suficiente para atender a demanda apresentada pelos relatórios de presidente de província.

dar visibilidade à função do diretor da Casa dos Educandos Artífices, localizada na Paraíba. Entretanto, captamos outra tipologia que foi divulgada no jornal *O Publicador* sobre a função do diretor que, por sua vez, eram as cartas de avisos.

Para Freire (1801), elas devem ser breves, claras, elegantes e sem embaraços. Conforme o autor, a composição da carta de aviso foi a primeira motivação para escrever esse gênero do discurso, pois “as cartas de aviso forão as primeiras que usaram os primeiros escritores, por que não se inventarão composições epistolares para outro fim, mas para avisar amigos ausentes de cousas, que ou a elles ou a nós pertence” (FREIRE, 1801, p. 183).

Os avisos epistolares do ano de 1866 foram compreendidos como respostas a petições que legitimaram o papel do gestor e, novamente, mostraram a urgência do fim da obra da instituição. Nesse sentido, a mensagem do discurso epistolar a seguir destaca a indicação para contratação de um servente de pedreiro. Segue a carta: “– idem ao diretor do collegio dos educandos artifices. –Attendendo ao que Vmc. me pede por officio de hoje, lhe concedo autorisação para contratar mais um servente, que julga indispensavel para o serviço do collegio a seo cargo”. (O PUBLICADOR, 1866, p. 3, grifos nossos).

Com isso, verificarmos o respaldo legal para a contratação do servidor abordado no conteúdo ilustrado. Remetemo-nos ao Regulamento do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba, no artigo 15, no § 4º, quando determinou que era da competência do diretor “nomear e despedir os mestres de ofícios, o cozinheiro e serventes do Colégio” (PARAÍBA, 2004, p. 122).

Concluimos que o aviso público por meio do gênero do discurso estudado propagou, além da função do sujeito, o seu diálogo de petição ao inspetor do tesouro sobre a necessidade de contratação de um servente. De modo com que o signatário da mensagem enfatizou o compromisso do diretor com a expressão “collegio a seo cargo.”

As classificações das cartas públicas apresentadas mostraram parte das intervenções públicas no serviço do diretor pelos seguintes indícios “fazer dispensar”, “determino”, “deve trazer” e outros, que nos certificaram que os signatários legitimaram o papel da gestão do estabelecimento na Paraíba imperial. Elas possibilitaram aos leitores que acompanhassem todas as decisões e interferências realizadas por esse gênero do discurso pelo assunto e recomendação observados proposto. Com vistas a epistola de aviso analisada reafirmou as ordens, ao comunicar as petições dando visibilidade à função estudada.

As semelhanças do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba com a instituição do Pará mostram os seguintes aspectos: a precariedade do prédio, as oficinas de ferraria, marcenaria, sapataria e outras que foram implantadas de acordo com as necessidades de cada

uma das províncias. Assim, tanto o Pará como a Paraíba, como vimos, apresentavam estrutura precária de prédio. Nesse sentido, as cartas destinadas ao diretor contemplaram de forma parcial tanto as obrigações do diretor como parte do processo de construção/reforma no que diz respeito às finanças do colégio no jornal *O Publicador* (1866).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa no possibilitou aprofundar os estudos sobre a imprensa como fonte para produção científica em História da Educação, por ser entendida como lugar de registros de memória e de testemunhos de sujeitos da sociedade imperial. Com isso, percebemos que a “época de ouro da imprensa” deixou como herança cultural jornais que retrataram o cotidiano desse período e a propagação de notícias que tinham em vista o perfil do público de leitor desejado. Neste contexto, o jornal *O Publicador*, como um instrumento de poder que buscou influenciar e formar a opinião pública, representou “patente mecanismo de produção de memória, [...] isto é a intervenção visa demarcar e fixar formas de pensar que se expressam como valores, juízos, modos de classificação, enfim justificativas para a ação social” (Vieira, 2007, p. 16).

Desta feita, reafirmamos a relevância das cartas enquanto objeto de análise para a História da Educação, pois, enquanto gênero do discurso propagado de forma intensa nos jornais do império, revelaram a relação imbrincada estabelecida com o suporte, entendido como lugar de diálogo público (Sena, 2014), que, principalmente por carta, ordenavam e comunicavam aos “leitores-escritores-repórteres” as decisões tomadas pela administração da província da Paraíba sobre a instrução pública, sua administração e seus atores, como o diretor do Colégio de Educandos Artífices da Paraíba.

Esse estabelecimento em terras paraibanas contribuiu em três aspectos para o ensino técnico manufatureiro que profissionalizou crianças pobres livres, órfãs e desvalidas, para ofícios que seriam úteis à província; colaborou ainda, minimamente, para diminuir as estatísticas de precarização do ensino primário e educar os meninos para que respeitassem as regras, a fé e fossem fieis aos seus superiores (LIMA, 2008). Nesse sentido, a importância da direção desse estabelecimento também estava relacionada aos tipos de discursos a ela destinada, que revelaram, além de sua função, as relações profissionais que mantinha com seus pares que administravam a província em esferas sociais diferentes e a instrução pública.

A partir de Dantas (2014), verificamos que as cartas, enquanto prática cultural de escrita e de apropriação, são relevantes, pois mostram para os pesquisadores de História da Educação os diálogos internos com outros sujeitos que serviam na instrução pública. Todavia, acrescemos que elas também estabeleciam diálogos com outras notícias nos suportes, como editais, despachos, anúncios, entre outros. Segundo Sena (2012), estes foram possíveis porque as epístolas não estavam isoladas nas páginas do jornal e, por abordarem assuntos diversos a

despeito da instrução, seus espaços de funcionamento e sujeitos (diretor, professor, inspetor...) se constituem em objeto fértil para essa área de conhecimento.

Assim, as epístolas versaram sobre a administração do colégio e sobre a obra de construção/reforma que adaptou o Sítio Cruz do Peixe para o funcionamento das oficinas, aulas e missas. De modo que, nas destinadas ao Padre Joaquim Victor Pereira, vimos que a visibilidade da fiscalização do exercício de sua função, enquanto inspetor de finanças destinadas pela presidência ou geradas pelas oficinas reveladas, explicitamente quando seu nome e cargo apareciam e implicitamente ao tratar dessa sem mencioná-lo, buscaram constatar como estavam sendo realizadas as fiscalizações de empregados empenhados na obra, a compra de materiais e os pagamentos dos trabalhadores do estabelecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. 1. ed., 1985.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: História da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do Século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chaxeaubriand*. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo/pequeno_d.pdf>. Acesso em: 1 jun de 2015.

_____. Códigos, regras e ornamentos nos secretários, manuais e métodos de escrever cartas: a tradição luso-brasileira. *Revista Veredas*. v.15, 2011. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/c%C3%B3digos_regras_e_ornamentos_nos_secret%C3%A1rios_manuais_e_m%C3%A9todos_de_escrever_cartas_tradi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 1 ago 2015.

_____. A arte de adaptar livros no século XIX: o Novo Secretário Português ou o Código Epistolar, Por J. I. Roquette. *Revista História de Estudos Culturais*, v.8, 2011. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo_1_Socorro_de_Fatima_P_Barbosa.pdf>. Acesso em: 29 de out 2015.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 38-63, nov. 2011. ISSN 2237-8871. Disponível em: Acesso em: 5 nov. 2015.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Memória e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. Brasília: Unesp, 2000. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=Dn0EAwAAQBAJ&pg=PA113&lpg=PA113&dq=TRABALHOS+SOBRE+A+CASA+DOS+EDUCANDOS+PARA+PARAIBA+DO+NORTE&source=bl&ots=vAe6Onbjle&sig=TFDCb7JlQvMLRcFrUWDP5TaxXeQ&hl=pt-BR&sa=X&ei=3giRVJz6OuLsATRs4H4Ag&ved=0CE4Q6AEwCA#v=onepage&q=TRABALHOS%20SOBRE%20A%20CASA%20DOS%20EDUCANDOS%20PARA%20PARAIBA%20DO%20NORTE&f=false>>. Acesso em: 1 jan. 2015.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação- Anped*. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf>. Acesso em: 1 out. 2015.

- CUNHA, Maria Teresa Santos. *A escrita epistolar e a história da educação*. Santa Catarina: UESC, 2008. Disponível em: <25reuniao.anped.org.br/posteres/mariateresasantoscunhap02.rtf.>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- Cx 48. Ano 1866. Ofício expedido pelo Diretor do Collégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte em 27 de setembro de 1866. Parahyba, 1866. Cx 50. Ano 1868. Termo de Contrato elaborado pelo Conselho Administrativo do Collégio de Educandos e Artífices da Parahyba do Norte para a compra dos gêneros alimentícios do referido Collégio, em 12 de dezembro de 1868. Parahyba, 1868.
- DANTAS, Maria José; SOUZA, Rita de Cácia S. A Escrita Epistolar Feminina: leituras, apropriações e contribuições para História da Educação. *Revista Fórum*, v. 4, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Vanessa/Downloads/117-506-1-PB%20(3).pdf.>. Acesso em: 26 nov. 2015.
- FONSECA, Maria de Assis Pinto. *A escrita oficial: Manuscritos Paraibanos dos séculos XVIII e XIX*. Disponível em: <www.pgletras.com.br/Anais-30Anos/Docs/.../5.6_M.CristinaAssis.pdf .>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- FONSECA, Thais Nívia de L. História da Educação e História Cultural. In *História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola. 1999.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; et al (org.). *Destinos das letras: História, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- INEP. *Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial*. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: 2003.
- LIMA, Guareciane M. *Uma História do Colégio dos Educandos Artífices da Parahyba do Norte*. UFPB, 2005.
- _____. *O Colégio de Educandos Artífices – 1864-1874: A infância desvalida da Parahyba do Norte*. UFPB, 2008.
- LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla B. e LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MATTOS. Ilmar Robloff. *O tempo saquarema*. Brasília: Hucitec.1987

MELLO, José Octavio. *História da Paraíba: lutas e resistências*. João Pessoa: União. 1994.

MELLO, Patrícia Bandeira. Um passeio pela História da Imprensa: O espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Revista Comunicação & informação*, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, v. 8, n. 1, (jan./ jun. 2005). Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/journal_edicao_artigos.php?dd0=26&dd1=2005&dd2=jan./jun.%202005&dd3=v.%208&dd4=n.%201.>. Acesso em: nov de 2015.

NASCIMENTO, Maria Isabel M. Instituições escolares no Brasil colonial e imperial. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 28, p.181-203, 2007. Acesso em: 8 ago 2015. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art12_28.pdf>.

O PUBLICADOR. Parahyba do Norte. 15 de dezembro de 1865, p.2

_____, Parahyba do Norte. 5 de janeiro de 1866, p. 1

_____, Parahyba do Norte. 16 de fevereiro de 1866, p. 2

_____, Parahyba do Norte. 21 de fevereiro de 1866, p. 2

_____, Parahyba do Norte. 7 de março de 1866, p. 1

_____, Parahyba do Norte. 13 de março de 1866, p. 1

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 104, jul. 1998 . Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015741998000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 5 mai. 2015.

PARÁ. Província. Relatório apresentado pelo presidente de província Bernardo de Souza Franco em 1841 à Assembleia Legislativa Provincial do Pará.

PARAÍBA. Província. Relatório apresentado pelo diretor da instrução pública, Manoel Pófirio Aranha em 1861 à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

_____, Província. Relatório apresentado pelo presidente Luiz Antonio da Silva Nunes em 1860 à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

_____, Província. Relatório apresentado pelo presidente Francisco d'Araujo Lima em 1862 à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

_____, Província. Relatório apresentado pelo presidente Sinval Odorico de Moura em 1863 à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

_____, Província. Relatório apresentado pelo vice-presidente Felisardo Toscano de Brito em 1865 à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

_____, Província. Relatório apresentado pelo vice-presidente Barão de Mara em 1867 à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

PEIXINHO, Ana Teresa. O Epistolar como modo comunicacional da imprensa de opinião no século XIX. In: 6º Congresso SOPCOM. 14 a 18 de abril de 2009. Disponível em: <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/357/342>. Acesso em: 10 out. 2015.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHIS, 2004.

ROQUETTE, J. I. *Novo secretário português ou Código Epistolar*. 3. ed. Paris: J-P- Aillaud, Monlon, C^a, 1860.

_____. *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*. 3. ed. J-P- Aillaud, Monlon, C^a. Paris, 1845 [1875].

SENA, Fabiana. Imprensa e instrução pública no Império: O modo epistolar nos jornais do Rio de Janeiro e da Paraíba. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá - PR, n.1(34),p.73-97, 2014.

_____. MACHADO, Charliton. J. S. *A escrita de cartas e os manuais epistolares*. João Pessoa: UFPB/CNPq, 2014.

_____. As cartas sobre instrução pública nos jornais paraibanos do Império. In: *Histórias da Educação da Paraíba: Rememorar e Comemorar*. PINHEIRO; Antonio Carlos F.; CURY; Cláudia E. (orgs.). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. A imprensa do Império. In: _____. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Carlos Erick de. A permissão à palavra impressa: condições de circulação dos primeiros jornais no Brasil e no Maranhão. *Revista Comunicação & Inovação*. v. 11, São Caetano, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.